

Isadora Maria de Barcelos Silva

**O ESTATUTO DO CASO ERGATIVO EM LÍNGUAS DO
TRONCO LINGÜÍSTICO MACRO-JÊ:
UMA ABORDAGEM FORMAL.**

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
Agosto de 2010

Isadora Maria de Barcelos Silva

**O ESTATUTO DO CASO ERGATIVO EM LÍNGUAS DO
TRONCO LINGÜÍSTICO MACRO-JÊ:
UMA ABORDAGEM FORMAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de Concentração: Lingüística teórica e descritiva.

Linha C: Estudo da Estrutura Gramatical da Linguagem

Orientador: Prof. Dr. Fábio Bonfim Duarte.

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
Agosto de 2010



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação Estudos Lingüísticos

Dissertação intitulada “O Estatuto do Caso ergativo em línguas do Tronco Lingüístico Macro-Jê: uma abordagem formal” de autoria de Isadora Maria de Barcelos Silva, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Fábio Bonfim Duarte – UFMG - Orientador

Profa. Dra. Marília Facó Soares – UFRJ

Dr. Carlos Sandro Campos - UFMG

Profa. Dra. Jânia Martins Ramos – UFMG - Suplente

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2010

Av. Antônio Carlos, 6627 – Belo Horizonte, MG – 31270-901 – Brasil – tel: (31) 3409-5000

*A meu querido avô, Isá
Freitas da Silva, cujos
ensinamentos e o amor à
vida guardarei para sempre
em minha memória e em
meu coração.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda minha família, em especial aos meus pais, Marco Aurélio Murta Silva e Regina Célia de Barcelos Silva, pelo amor incondicional, pelo exemplo, e pelo incansável empenho em proporcionar a mim e a meu irmão a melhor formação moral e intelectual. Agradeço, ainda, a meu pai pela leitura cuidadosa e detalhada de meu texto.

A meu irmão, Marco Aurélio de Barcelos Silva, por estar sempre presente, em que pese a distância.

A Wagner Marcos Bianchi Junior pelo amor, pelo carinho, pela compreensão e pela paciência nos momentos mais difíceis.

Aos meus amigos pelo apoio, pela torcida e vibração. Em especial a Patrícia Zarzar, amiga querida, exemplo de dedicação e amor à carreira acadêmica. A Alfonso Gala Garcia, pela alegria constante e pelo exemplo de força, nunca desistindo de seus desejos apesar de inúmeras dificuldades. A Janine e Andrea, amigas verdadeiras, testemunhas da minha história. E a Karina, Thalita e Élide pelo carinho e incentivo.

Meu agradecimento ao Prof. Dr. Fábio Bonfim Duarte por ter lançado o desafio do Mestrado ainda na graduação, quando me encantei pela sintaxe gerativa. Agradeço pela orientação, pelos ensinamentos, pelo incentivo e também pelas divergências de ponto de vista, que além de importantes para o amadurecimento do meu trabalho, mostraram-me que é assim que se constrói o conhecimento científico.

Agradeço aos professores da Faculdade de Letras da UFMG, em especial aos professores Lorenzo Vitral, Jânia Ramos, José Olímpio Magalhães e Márcia Cançado pelas valiosas lições durante os cursos e aulas.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos, especialmente à Yara Rosa Bruno, Josiane Franesi e Carlos Sandro.

Aos funcionários da FALE/UFMG e a todos que contribuíram de alguma forma para que este trabalho se concretizasse. MUITO OBRIGADA!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o mecanismo de valoração do Caso ergativo dos argumentos que, em línguas do tronco Lingüístico Macro-Jê, aparecem acompanhados da posposição *te*. Diferentemente da proposta de Woolford (1997, 2006), que assume que o Caso ergativo é valorado, inerentemente, em associação com a projeção argumental e com a atribuição de papel temático de agente, defenderemos a hipótese de que, em línguas Jê, o Caso ergativo é valorado estruturalmente pela posposição funcional *te* inserida na derivação apenas para atribuir Caso (oblíquo) aos sujeitos, que recebem do núcleo v^o o papel temático de agente. No intuito de descrever a estrutura argumental das orações que acionam *te*, bem como compreender em qual posição estrutural os DPs por ela marcados são licenciados, estudaremos as construções causativas morfológicas do Apinajé, Apãniekrá e Ramkokamekrá, em que observamos a afixação de um morfema causativo à raiz verbal como estratégia para a causativização. Consoante a teoria de Hale & Keyser (1993, 2002) proporemos que tal morfema representa a matriz fonológica de um verbo leve (v^o), cuja característica é introduzir na derivação um argumento agente. Esse fenômeno, além de constituir evidência a favor de um VP bipartido, nos permitirá concluir que os DPs marcados por *te* são projetados na posição de especificador de vP . Em busca de nossos objetivos analisaremos dados das línguas Apinajé, Apãniekrá, Ramkokamekrá, Krikatí, Xavante e Maxacalí.

PALAVRAS-CHAVE: Línguas do tronco Macro-Jê, Caso ergativo, concha v -VP, verbo leve, adposições funcionais, Caso oblíquo, papel temático.

ABSTRACT

This research aims to analyze the mechanisms of Ergative Case licensing to arguments that are marked with the postposition **te**, in languages that belong to the Macro-Jê stock. Unlike Woolford's assumption (1997, 2006) that the ergative Case is inherently associated with the agent theta position, we will propose that in languages from the Macro-Jê stock, the Ergative Case is structurally licensed by the functional postposition **te** which is introduced in the derivation only to assign oblique Case to the subject, since agent theta role has already been assigned by head v° . In order to describe the argument structure of ergative constructions with **te**, and to understand in which structural position the DPs marked by **te** are located, we will study Apinajé, Apãniekrá and Ramkokamekrá morphological causative constructions. Those constructions utilize a causative morpheme as a strategy to express causation. According to Hale & Keyser's (1993, 2002) theory, this causative morpheme corresponds to the phonological matrix of a light verb (v°), which is responsible to project the agent arguments. This phenomenon provides evidence for a bipartite v -VP, and, furthermore, allows us to conclude that the argument marked with the postposition **te** is projected as SPEC- v P. To achieve our objectives we will examine data from Apinajé, Apãniekrá, Ramkokamekrá, Krikati, Xavante and Maxacalí languages.

KEY-WORDS: Macro-Jê stock, Ergative Case, VP shell, light verb, functional adpositions, Oblique Case and thematic role.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABS: Caso absoluto
ACC: Caso acusativo
AGR: agreement
ASP: aspecto
AUX: verbo auxiliar
CAUS: morfema causativo
CL:clítico
CNJ: conjunção
CNCL conclusivo
DAT: Caso dativo
DEF. ART.: artigo definido
DET: determinante
DEM: demonstrativo
DIR: direcional
DS: sujeito diferente (different subject)
DTR: detrimetivo
DU: dual
ERG: Caso ergativo
F/FEM : feminino
FUT: futuro
GEN: genitivo
HT: termo honorífico
INAT: inativo
INCL: inclusivo
INDEF: indefinido
INFI/NF: forma verbal não-finita
INS: instrumental
IRR: irrealis
MASC: masculino
N: nome próprio
NEG: partícula de negação
NOM: Caso nominativo
NMLZ/NZL: morfema nominalizador
PART.PASS/P.PASS: participio passado
PASS: passado
PB: português brasileiro

PD: passado distante
PL: partícula de plural
POSP: posposição;
POSS: prefixo que indica o possuidor
PRES : presente
PRON: pronome
PTCPL: particípio
RCP: recíproco
REL: relativizador
REP: repetição
RFL/RFLX: reflexivo
RLS: realis
RP/PR: prefixo relacional
SG: singular
SS: mesmo sujeito (same subject)
SUB: subordinação
TRANS: transitividade

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO 3

TABELA 1 FAMÍLIAS E LÍNGUAS DO TRONCO MACRO-JÊ.....	53
---	----

CAPÍTULO 5

TABELA 1 CLASSIFICAÇÃO DOS PRONOMES PREFIXAIS EM APĀNIEKRÁ.....	86
---	----

TABELA 2 PREFIXOS PESSOAIS EM POSPOSIÇÕES NO APINAJÉ.....	88
---	----

LISTA DE FIGURAS

CAPÍTULO 3

FIGURA 1 MAPA DA DISTRIBUIÇÃO DAS LÍNGUAS DO TRONCO MACRO-JÊ.....54

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	v
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	viii
LISTA DE TABELAS.....	x
LISTA DE FIGURAS.....	xi
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 2	
QUADRO TEÓRICO.....	12
2.1 TEORIA DE CASO.....	12
2.1.1 O QUE É CASO?.....	12
2.1.2 DISTINÇÃO ENTRE CASO ESTRUTURAL E CASO INERENTE.....	15
2.2 ESTRUTURA ARGUMENTAL.....	27
2.2.1 A HIPÓTESE DO SINTAGMA VERBAL BIPARTIDO V-VP.....	27
2.2.2 DAS CONSTRUÇÕES CAUSATIVAS.....	33
2.2.3 CONFLATION.....	44
2.3 LICENCIAMENTO DE PAPEL TEMÁTICO: PREPOSIÇÕES FUNCIONAIS.....	45
CAPÍTULO 3	
O TRONCO LINGÜÍSTICO MACRO-JÊ.....	50
3.1 O TRONCO LINGÜÍSTICO MACRO-JÊ.....	50
3.2 AS LÍNGUAS EXAMINADAS NESTA DISSERTAÇÃO.....	55

3.2.1 O TIMBIRA: APĀNIEKRÁ, RAMKOKAMEKRÁ, KRĪKATĪ.....	55
3.2.2 O APINAJÉ.....	56
3.2.3 O MAXACALÍ.....	57
3.2.4 O XAVANTE.....	57

CAPÍTULO 4

CONSTRUÇÕES CAUSATIVAS EM LÍNGUAS DO TRONCO MACRO-JÊ.....	59
4.1 AS CONSTRUÇÕES CAUSATIVAS EM TIMBIRA APĀNIEKRÁ E RAMKOKAMEKRÁ.....	60
4.1.1 CAUSATIVAS ANALÍTICAS.....	61
4.1.2 CAUSATIVAS MORFOLÓGICAS.....	64
4.2 DO PROCESSO DE CAUSATIVIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES.....	70
4.2.1 DO PROCESSO DE CAUSATIVIZAÇÃO.....	70
4.2.2 UMA HIPÓTESE SOBRE O ESTATUTO DOS MORFEMAS <i>iʔ-(eʔ)</i> e <i>h-</i>	78

CAPÍTULO 5

ESTATUTO DO CASO ERGATIVO EM LÍNGUAS DO TRONCO MACRO-JÊ.....	83
5.1 A PARTÍCULA <i>te</i> COMO POSPOSIÇÃO.....	84
5.2 A VALORAÇÃO DO CASO ERGATIVO.....	93
5.3 O MECANISMO DE ATRIBUIÇÃO DE PAPEL TEMÁTICO AO ARGUMENTO COMPLEMENTO DE <i>te</i>	101

CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
---------------------------	-----

REFERÊNCIAS.....	114
-------------------------	------------

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

O principal escopo desta dissertação é analisar e discutir o mecanismo da atribuição de Caso aos DPs, que, em certas línguas pertencentes ao tronco lingüístico Macro-Jê, aparecem na posição de sujeito sempre acompanhados de uma partícula ergativa, a posposição *te*, conforme mostra o exemplo a seguir:

- (1) *rɔpti te hũmre Ø kuran*
onça ERG homem ABS matar
“a onça matou o homem”

[Alves (2002, p. 90)]

Nosso estudo parte da análise do sistema de Caso exibido pelo Timbira Apãniekrá¹. Essa língua, segundo a classificação de Rodrigues (1999, p. 167), pertence ao tronco lingüístico Macro-Jê, mais especificamente, ao grupo timbira da família Jê (Jê do Norte). Conforme o trabalho de Alves (2002), o Apãniekrá exibe um padrão de ergatividade cindida manifesto por meio da escolha dos morfemas de pessoa² (pronomes de forma livre e

¹ Em que pese a norma culta prescrever o uso da letra minúscula na grafia das línguas e idiomas, usaremos a letra maiúscula no que diz respeito às línguas indígenas no intuito de destacá-las.

² Sistema de Pronomes do Apãniekrá conforme ALVES, 2002, p. 88:

	Pronome forma livre	Pronome forma presa
1 (exclusivo)	wa	i-
1 (inclusivo)	ku	pa-

marcadores de pessoa presos ao verbo), e a variável funcional que condiciona essa cisão é **o tempo passado/não passado** da oração independente. Assim, quando as orações são marcadas com o tempo **não passado**, os pronomes de forma livre são usados para expressar os sujeitos das orações transitivas (A)³ e das orações intransitivas (S), e os pronomes de forma presa são usados para expressar o objeto (O). O sistema apresentado demonstra um alinhamento do tipo **nominativo/acusativo**, em que o sujeito do verbo transitivo (A) alinha-se com o sujeito do verbo intransitivo (S). Esse sistema pode ser observado através dos seguintes dados:

(2) *wa tfwa*
 1 banhar
 “eu banho”

(3) *ka tfwa*
 2 banhar
 “você banha”

(4) *wa a j- itep*
 1 2 REL cortar
 “eu te corto”

2	ka	a-
3	Ke/ Ø	Ku-/i ?-/h-/Ø

³ De acordo com DIXON, 1979, p. 70, “That NP whose referent can initiate and control the activity (if anything can) is recognized as being in A function in a transitive sentence. The core NP whose referent cannot be controller is taken to be in O function. For some intransitive verbs, the S NP can be controller of the action (e.g. jump, speak); this could be described as Sa. [...] For other intransitive verbs, the S NP can not control the action (e.g. break, die, yawn), and has the same semantic status as an O NP; we can refer to this as subtype So of S. It is now natural to use Co for both O and So functions.”

- (5) *ka h itep*
 2 3 cortar
 “você corta ele”
- (6) *wa ha tfwa*
 1 FUT banhar
 “eu banharei”
- (7) *ka ha tfwa*
 2 FUT banhar
 “você banhará”
- (8) *wa ha a j- itep*
 1 FUT 2 REL cortar
 “eu te cortarei”
- (9) *ka ha h itep*
 2 FUT 3 cortar
 “você cortará ele”
- (10) *wa apu tfwa*
 1 CONT banhar
 “eu estou banhando”
- (11) *ka apu tfwa*
 2 CONT banhar
 “você está banhando”
- (12) *ka apu h itep*
 2 CONT 3 cortar
 “você está cortando ele”

[Alves (2002, p. 83-93)]

Por outro lado, quando as orações são marcadas com o tempo **passado**, verificamos um alinhamento do tipo ergativo/absolutivo. Neste

contexto, os pronomes de forma presa são usados para expressar os sujeitos das orações transitivas (A). Além disso, os sujeitos de orações intransitivas (S) se alinham com os objetos das orações transitivas (O) recebendo ambos a marca \emptyset (default). O mais curioso, no entanto, é que os sujeitos das orações transitivas (A) vêm obrigatoriamente acompanhados pela partícula *tɛ*. Vejamos os seguintes exemplos:

- (13) *i tʃwr*
1 banhar (passado)
“eu banhei”
- (14) *a tʃwr*
2 banhar (passado)
“você banhou”
- (15) *h ɔpɛn*
3 trabalhar (passado)
“ele trabalhou”
- (16) \emptyset *katɔ*
3 sair (passado)
“ele saiu”
- (17) *i- tɛ a j- itɛp*
1 ERG 2 REL cortar (passado)
“eu te cortei”
- (18) *a- tɛ h itɛp*
2 ERG 3 cortar (passado)
“você cortou ele”

[Alves (2002, p. 83-93)]

[Alves (2004, p. 53)]

Podemos, assim, representar esquematicamente o padrão de ergatividade cindida do Timbira Apãniekrá da seguinte forma:

(19)

<u>Sistema</u>		<u>Sistema</u>
<u>Nominativo/Acusativo</u>		<u>Ergativo/Absolutivo</u>
Tempo não passado	argumento	Tempo passado
		Ergativo – te
Nominativo	A	(Pronome na forma
(pronome na forma	{	presa)
livre)	S	
Acustivo	}	Absolutivo - Ø
(pronome na forma	O	
presa)		

É importante salientar que o alinhamento ergativo/absolutivo nesta língua não é observado apenas quando os DPs se encontram na forma pronominal. De acordo com Alves (2002), no tempo passado, as formas nominais de (S) e (O) aparecem pospostas pela marca Ø (default), e os nomes na função (A) são sempre marcados pela partícula **te**, conforme demonstram os exemplos a seguir:

(20) *rəpti te hũmre Ø kuran*
 onça ERG homem ABS matar
 “a onça matou o homem”

(21) *kuk^h en te ampɔfo Ø k^h rɛr*
 Cotia ERG fruta ABS comer
 “a cotia comeu a fruta”

- (22) *aʔkʰrajɛ tɛ wapɔ ∅ pír*
 Menino ERG faca ABS pegar
 “o menino pegou a faca”
- (23) *wapɔ tɛ aʔkʰrajɛ ∅ katf̄w̄r*
 Faca ERG menino ABS furar
 “a faca cortou o menino”

[Alves (2002, p. 83-93)]

Alves (2002; 2004) interpreta a partícula *tɛ* como uma posposição que marca o Caso ergativo. Segundo a autora a “evidência para tal consideração é que esse marcador é sempre posposto a um NP (*nominal phrase*) que está na função A, e nunca posposto a um NP em função S ou O.”⁴

Determinar a natureza do Caso ergativo tem sido tema de intenso debate no âmbito da literatura gerativista das últimas décadas. Estudos divergem ao determinar se o Caso ergativo corresponde a Caso inerente ou a Caso estrutural. De acordo com Chomsky (1981; 1986) e Butt (2006), Caso estrutural é uma propriedade estrutural de uma configuração formal, geralmente dissociado de um papel temático. Por sua vez, o Caso inerente se difere do Caso estrutural por ter conexão direta com determinadas posições temáticas, como a posição de argumento externo de verbos de ação e de verbos psicológicos. Acompanhando a intuição de Chomsky (1981;1986) sobre Caso inerente,

⁴ ALVES, 2002, p. 89.

Woolford (1997; 2006) assume que o Caso ergativo⁵ é tipicamente inerente, sendo licenciado na estrutura de vP em associação com a projeção argumental e com a atribuição de papel temático de agente.

As construções ergativas do Apãniekrá parecem, no entanto, trazer evidências desafiadoras à análise de Woolford (1997; 2006) no que se refere ao Caso ergativo. A dúvida que desponta é a seguinte: se o Caso ergativo é mesmo Caso inerente como explicar o curioso e inusitado fenômeno do Apãniekrá, em que os sujeitos de verbos de ação podem vir marcados por uma posposição ergativa (*tɛ*)?

O ponto de partida, ou melhor dizendo, o ponto de perplexidade que conduzirá a análise que pretendemos desenvolver nesta dissertação é exatamente a posposição *tɛ*. Nosso intuito é discutir e procurar entender o mecanismo de atribuição de Caso aos DPs sujeitos que são acompanhados por *tɛ* em orações transitivas (A), quando o sistema ergativo é acionado. Ora, se a partícula *tɛ* é mesmo uma posposição conforme aponta Alves (2002; 2004),

⁵ “All Case licensing is technically structural, in the sense that all Case licensing is done by heads in a local structural configuration. While structural Case is licensed on a purely structural basis, nonstructural Case is licensed in connection with θ -marking (Chomsky, 1986).[...] In vP structure, the external argument is licensed in a little/light v projection above de VP proper (Hung, 1988, Chomsky, 1995, Kratzer, 1996). This little/light v head also licenses ergative Case to the external argument following Massam (2002) and Legate (2003), who implement and update the view from Woolford 1997 that ergative is the inherent Case associated with agents.” WOOLFORD, 2006, p. 116.

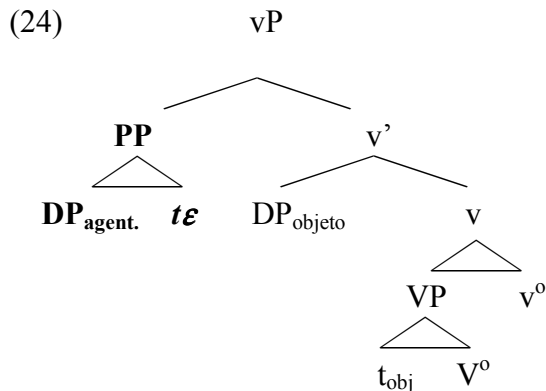
qual seria seu papel na valoração do Caso destes argumentos? Mais ainda, se *te* marca Caso ergativo, estaríamos diante de uma posposição atribuidora de Caso estrutural ou a referida partícula apenas reflete a valoração de Caso inerente no âmbito do componente morfológico?

Com vistas a alcançar uma resposta satisfatória a essas indagações e, por conseqüência, ampliar o escopo de nosso trabalho, recorreremos a outras línguas do tronco lingüístico Macro-Jê, como o Ramkokamekrá, Apinajé, o Xavante, o Maxacalí e o Krĩkatí, cujos argumentos externos de verbos de ação também podem vir marcados pela partícula *te*⁶ em determinados contextos. No **capítulo 3** dessa dissertação, traçaremos um pequeno panorama dessas línguas com informações sobre sua localização geográfica e classificação.

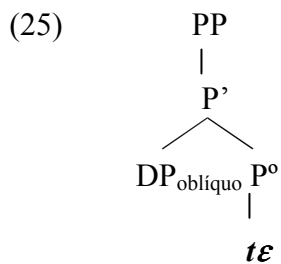
Já no intuito de descrever a estrutura argumental das orações que acionam a posposição *te*, bem como compreender em qual posição estrutural os argumentos por ela marcados são licenciados, examinaremos no **capítulo 4** as construções causativas do Apãniekrá, Ramkokamekrá e do Apinajé. Acompanhando os estudos de Guasti (1997), observaremos que as referidas línguas trazem exemplos não apenas de construções causativas analíticas, mas

⁶ Em Apãniekrá, Ramkokamekrá e Apinajé a grafia para a posposição ergativa é *te*, já em Maxacalí e Xavante, a grafia é *te*. Faremos a distinção entre uma e outra apenas quando estivermos tratando de uma dessas línguas especificamente. Quando não estivermos tratando de nenhuma língua em especial, adotaremos a forma *te*.

também de construções em que um morfema é utilizado como estratégia para causativização de verbos transitivos e intransitivos. Assumiremos que o morfema causativo nessas línguas corresponde à matriz fonológica do chamado *light verb* (verbo leve), ou seja, do núcleo de vP. Adotaremos, neste ponto, a análise de Hale & Keyser (1993; 2002) segundo a qual o verbo leve seria um núcleo de natureza afixal, cuja característica principal é introduzir na derivação um argumento com papel temático de **agente**. Outro objetivo deste capítulo é corroborar a hipótese desenvolvida pela teoria gerativa de que os sintagmas verbais apresentam uma estrutura complexa v-VP, de acordo com a qual, os DPs com papel temático de **agente** são projetados na posição de especificador por um verbo leve causativo, núcleo de vP, e os DPs com papel temático de “tema” ou “afetado” ocupam a posição de complemento do verbo lexical núcleo de VP. A partir dos dados das línguas analisadas, proporemos que, em línguas Jê, o sintagma posposicional encabeçado por *te* é selecionado por v^o ocupando a posição estrutural de especificador de vP, conforme demonstra a configuração a seguir:



No **capítulo 5** deste trabalho, proporemos que *tE* deve ser considerada uma posição de natureza funcional, cujo objetivo primordial é a valoração de Caso. Desenvolveremos a hipótese de que *tE* encabeça um núcleo P° capaz de licenciar o Caso do DP que ocupa a posição de seu complemento, tal como demonstra a representação a seguir:



Nossa proposta é que esse núcleo P° é introduzido na derivação como uma operação de último recurso para permitir a valoração do Caso dos argumentos externos dos verbos de ação. Ainda no **capítulo 5**, veremos que os dados das línguas analisadas demonstram, de um modo geral, que os argumentos marcados por *tE* apresentam papel temático de agente. Em vista

disso, uma questão a ser enfrentada é saber se a posposição *te* participa ou não da atribuição do papel temático aos DPs com os quais co-ocorre. A hipótese que defenderemos, com alicerce na proposta de Cançado (2009), é a de que o argumento agente não seria acarretado semanticamente pela posposição, mas pelo verbo (v^o). Assim, a posposição *te* teria natureza apenas funcional, com o objetivo de atribuir Caso ao seu complemento, e não papel temático.

Em vista do que apresentamos até aqui, nosso intuito ao longo desta dissertação será alcançar uma resposta unificada às seguintes questões:

- a) Qual a estrutura argumental das construções ergativas e em que posição estrutural são selecionados os argumentos marcados por *te*?
- b) Qual o estatuto da partícula *te*? Qual a fonte de valoração Caso ergativo nas línguas Jê analisadas?
- c) Qual o mecanismo de atribuição de papel temático ao argumento complemento de *te*?

A fim de responder às indagações acima, apresentaremos no próximo capítulo o aporte teórico no qual essa pesquisa se baseia.

CAPÍTULO 2: QUADRO TEÓRICO

Este capítulo tem por objetivo apresentar os pressupostos teóricos que servirão de base para a análise a ser desenvolvida nos capítulos seguintes. Neste intuito, apresento, nas próximas seções, uma breve revisão sobre a Teoria de Caso, tal como formulado por Chomsky (1981); Legate (2006); Woolford (1997; 2006) e sobre a estrutura argumental, tal como desenvolvido por Guasti (1997); Hale & Keyser (1993;2002); Radford (1999). Por fim, ao abordarmos os mecanismos de licenciamento de papel temático, recorreremos aos estudos de Cançado (2008). Começemos, então, com a discussão sobre a Teoria de Caso.

2.1. TEORIA DE CASO

2.1.1 O que é Caso?

Blake (2001) citado por BUTT (2006)⁷, formula a seguinte definição para Caso: “Case is a system of marking dependent nouns for the type of relationship they bear to their head”⁸.

Como podemos perceber, esse conceito incorpora a idéia já esboçada nos estudos de Fillmore (1968) também citado por BUTT (2006)⁹

⁷ BLAKE, Barry. *Case*. Cambridge: Cambridge University Press. 2ª ed. 2001

⁸ “Caso é um sistema que marca os argumentos relativamente ao tipo de relação que eles estabelecem com seus núcleos.” (tradução nossa)

segundo o qual as pesquisas sobre Caso ascenderam ao exame da variedade de relações semânticas estabelecidas entre os nomes e outras partes da sentença¹⁰.

Butt (2006, p. 4), ao discutir o motivo pelo qual as línguas utilizam sistemas de Caso, aduz que a marcação de Caso teria como objetivo estabelecer os papéis semânticos de nomes e pronomes e a relação sintática deles com o verbo¹¹. Em vista disso, formula a seguinte generalização¹²:

Case is a handy tool for marking semantic relationships between nouns and verbs, or more generally between dependents and a head.

Ainda segundo a autora, as línguas podem variar na maneira como Caso pode vir marcado. O latim, por exemplo, é uma língua que marca morfologicamente o Caso nos argumentos, conforme os exemplos a seguir:

- (1) a) *puella* *portam* *videt*
 Girl. F.NOM door.F.ACC see.PRES.3.SG
 ‘The girl sees the door’
- b) *portam* *puella* *videt*
 door.F.ACC Girl.F.NOM see.PRES.3SG
 ‘The girl sees the door’

[Butt (2006, p. 4)]

⁹ FILLMORE, Charles J. The Case for the Case. In: *Universals of Linguistics Theory*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968. p. 1-88.

¹⁰ “In the past research on case has amounted to an examination of the variety of semantic relationships which can hold between nouns and other portions of sentences”.

¹¹ “What such a complicated case System be good for? [...] One good hypothesis is that explicit case marking is useful for the establishment of the semantic roles of nouns (and pronouns) and their syntactic relationship to the verb”.

¹² “Caso é uma ferramenta (instrumento) para marcar as relações semânticas entre verbos e nomes, ou de uma forma mais geral, entre núcleos e seus dependentes.” (tradução nossa)

Como podemos observar, o latim admite certa liberdade na ordem das palavras, uma vez que a marcação morfológica de Caso permite identificar a função gramatical dos argumentos nucleares, ou seja, se são sujeito ou se são objeto. Notem que, nos exemplos acima, o argumento *puella* exibirá Caso nominativo, e argumento *portam* Caso acusativo, mesmo que a posição deles seja invertida. Essa liberdade, contudo, não pode ser observada no inglês. Conforme Butt (2006, p. 4), ao invés da marcação morfológica, nessa língua será a posição dos argumentos que indicará sua relação com o verbo. Assim, considerando o exemplo (1), a ordem dos argumentos é que determinará quem vê e quem é visto:

- (2) a) The girl sees the door
 b) The door sees the girl.

Além da marcação morfológica e da posição dos argumentos, as línguas utilizam-se ainda de preposições para marcar o Caso como, por exemplo, o *to* do inglês em construções como *I gave milk to the cat*. A marcação de Caso por meio das adposições – preposições ou posposições – desperta mais intensamente nosso interesse e desempenhará papel fundamental na análise que pretendemos desenvolver mais adiante.

2.1.2 Distinção entre Caso estrutural e Caso inerente

As línguas naturais podem ser classificadas tendo em vista o sistema de Caso que exibem. A partir de uma perspectiva tipológica¹³ podemos definir o sistema de Caso como o alinhamento entre os argumentos nucleares das orações em virtude da relação gramatical por eles estabelecida com os verbos. Interessa-nos mais de perto, não apenas pela importância, mas pela relevância para nossa análise, os alinhamentos que codificam o sistema nominativo/acusativo e o sistema ergativo/absolutivo.

As línguas que exibem o sistema de Caso nominativo/acusativo se caracterizam por alinhar o sujeito do verbo transitivo (A) da mesma maneira que o sujeito dos verbos intransitivos (S), marcando de forma diferente o objeto direto do verbo transitivo (O). Neste sistema, os argumentos (A) e (S) recebem Caso nominativo em oposição ao argumento (O) que recebe Caso acusativo. O sistema nominativo/acusativo emerge, portanto, quando há o alinhamento morfosintático entre o Caso do sujeito dos verbos intransitivos com o Caso do sujeito dos verbos transitivos, conforme mostra o exemplo da língua Huánaco a seguir:

- (3) *Juan* *aywan*
Juan-NOM ir
'Juan foi'

¹³ COMRIE, 1989; DIXON, 1994; PAYNE, 1997; WHALEY, 1997.

- (4) *Juan Pedro-ta maqan*
 Juan-NOM Pedro-AC bater
 ‘Juan bateu em Pedro’

[Payne (1997, p. 134)]

Nas orações acima vemos que o sufixo *ta* marca o Caso acusativo do objeto, ao passo que os sujeitos (A) e (S) não têm uma marca explícita para indicar o Caso nominativo.

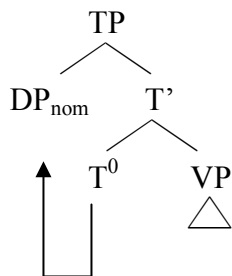
Conforme Duarte e Barcelos Silva (2010) o alinhamento nominativo/acusativo pode ser tratado como sendo o reflexo da valoração do Caso abstrato do sujeito dos verbos transitivos e intransitivos pelo núcleo T^o. Em geral, este núcleo poderá valorar o Caso do sujeito desses verbos, se a oração for finita e se o núcleo T^o entrar na derivação sintática com traço de Caso nominativo a valorar. A valoração desse Caso dá-se por meio de uma operação AGREE¹⁴ que ocorre entre o núcleo T^o e o DP alvo. Esta operação ocorre essencialmente por meio de uma relação assimétrica que se dá entre uma sonda, (**Probe**), e o DP alvo (**Goal**). Em síntese, a operação AGREE é o mecanismo sintático que permite a valoração dos traços ininterpretáveis, seja da sonda, seja do alvo. A valoração dá-se, então, quando os traços ininterpretáveis [*uF*] combinam-se com os traços interpretáveis [*iF*]. Após esse mecanismo de

¹⁴ “Agree is not symmetric, but an **asymmetric**, relation between a **Probe** and a **Goal**. The probe has *uF* features while the Goal has ‘matching’ *iF* features. Agree eliminates the *uF* features on the probe by ‘valuing’ them and ‘removing’ them / ‘spelling them out phonologically’. **Valuing** is unification of the values of the features.” YOON, 2000, p. 4

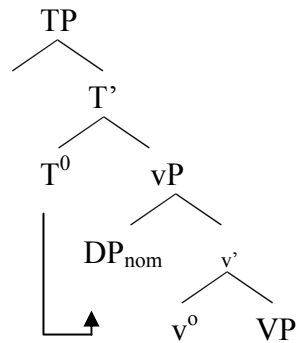
valoração, ocorre a unificação dos valores dos traços, de modo que os traços ininterpretáveis são valorados e removidos, situação que permitirá com que a derivação continue e seja enviada a Spell-Out. Adaptando essa noção para o mecanismo que permite a valoração dos traços de Caso, podemos afirmar que o DP alvo pode conter um traço ininterpretável de Caso que precisa ser valorado pelo núcleo T^0 , quando este núcleo entra na derivação especificado com Caso nominativo a valorar. Este núcleo pode conter também traços ininterpretáveis como, por exemplo, os traços-*phi* e o traço EPP, os quais devem também ser valorados. Em geral, os traços-*phi* são valorados, quando há compartilhamento desses traços com os traços-*phi* interpretáveis de um DP alvo que esteja no domínio de c-comando do núcleo T^0 . Por sua vez, o traço EPP é valorado pela inserção de um expletivo na posição de Spec-TP ou por meio da elevação do DP, que recebe Caso nominativo, para essa posição.

A operação de valoração de Caso nominativo pode dar-se à distância, na relação NÚCLEO-COMPLEMENTO, ou localmente, na relação SPEC-NÚCLEO, conforme mostram as configurações sintáticas a seguir:

(5) VALORAÇÃO DE CASO NOMINATIVO NA RELAÇÃO SPEC-NÚCLEO:



(6) VALORAÇÃO DE CASO NOMINATIVO À DISTÂNCIA:



As operações sintáticas acima têm como consequência a emergência de um sistema nominativo, característico, por exemplo, de línguas nominativas como o inglês e o português. Todavia, nessas línguas, quando o núcleo T^0 entra na derivação sem Caso a valorar, o sujeito do verbo (transitivo ou intransitivo) precisará ter seu Caso excepcionalmente checado por outro núcleo¹⁵, de modo a não violar o filtro de Caso¹⁶. Um desses núcleos pode ser, por exemplo, o núcleo v^0 de uma oração matriz. Notem que, em tais contextos, o Caso do sujeito corresponderá ao acusativo, conforme ilustram os exemplos a seguir.

(7) We believed [**Zeus** to be omnipotent].

(8) No one excepted [**Agamemnon** to win].

[Duarte; Barcelos Silva (2010)]

¹⁵ São contextos que a teoria convencionou denominar de marcação excepcional de Caso.

¹⁶ O Filtro de Caso, originalmente proposto por ROUVERET; VERGNAUD, 1980, prevê que todo DP estruturalmente realizado deve receber Caso. Cf. BUTT, 2006, p. 58.

A substituição dos sujeitos das orações encaixadas por pronomes é uma evidência de que esses argumentos recebem mesmo o acusativo. Nessa situação, emergem na posição de sujeito as formas pronominais acusativas e não as formas nominativas, conforme mostram os exemplos a seguir.

(9) We [_V believed [_{TP} **him** to be omnipotent].

(10) No one [_V excepted [_{TP} **him** to win].

[Duarte e Barcelos Silva (2010)]

Vemos que a razão pela qual o sujeito das sentenças acima exhibe o Caso acusativo está diretamente conectada com as propriedades morfosintáticas do núcleo T^o da oração encaixada. Mais precisamente, como este núcleo não entra na derivação com Caso nominativo a valorar e, como a oração é não-finita, o DP sujeito da oração encaixada receberá o Caso acusativo, e não o Caso nominativo.

Como podemos perceber, a valoração dos Casos nominativo e acusativo ocorre por meio de uma relação estrutural envolvendo, em geral, o domínio funcional da sentença. Por tal motivo ambos são considerados como Casos **estruturais**.

Todavia, os sistemas ergativo/absolutivos diferem substancialmente dos sistemas nominativo/acusativos pelo fato de os sujeitos de verbos transitivos (A), em geral os que denotam ação, virem marcados com o Caso

ergativo, e não com o Caso nominativo. Neste sistema, o sujeito do verbo intransitivo (S) e o objeto do verbo transitivo (O) não recebem um morfema para indicar o Caso absolutivo. Muitas são as discussões e polêmicas a respeito do estatuto do Caso Ergativo. Contudo os embates teóricos mais importantes envolvendo o assunto se referem à fonte de valoração do Caso ergativo no curso da derivação sintática, e mais ainda, se o Caso ergativo equivale a Caso inerente ou a Caso estrutural.

Butt (2006)¹⁷, em sua obra Teoria de Caso, traça algumas linhas distintivas entre Caso estrutural e inerente. Conforme já mencionamos, para a autora, Caso estrutural está relacionado a uma configuração estrutural na qual, geralmente, os Casos nominativo e acusativo são valorados. Além disso, assevera Butt (2006) que o Caso estrutural assinala primariamente relações estruturais e não semânticas, demonstrando total independência de papéis temáticos. Essa independência denotaria a flexibilidade do Caso estrutural para ocorrer com diversos tipos de verbos transitivos, com verbos inacusativos, na voz passiva e em outros tantos fenômenos. No que concerne ao Caso inerente, Butt (2006) destaca que alguns predicados são lexicalmente marcados enquanto atribuidores de Caso inerente. Chomsky (1981)¹⁸ define Caso inerente da seguinte maneira:

¹⁷ BUTT, 2006, p. 58, 59, 67 e 68

¹⁸ CHOMSKY, 1981, p. 171.

Structural Case in general is dissociated from θ -role, it is a structural property of a formal configuration. Inherent Case is presumably closely linked to θ -role.¹⁹

Em sendo assim, Caso inerente difere-se de Caso estrutural por ter conexão direta com determinadas posições temáticas, sendo diretamente associado à atribuição de papéis temáticos pelo núcleo da estrutura vP. O Caso estrutural, por sua vez, não está conectado ao núcleo que lhe atribui papel temático sendo valorado através de uma relação estrutural que envolve, em geral, o domínio funcional da sentença.

Woolford (1997; 2006) retomando Chomsky (1981) reafirma que uma das diferenças entre Caso estrutural e Caso inerente é que este último é licenciado em conexão com a marcação *theta*²⁰. A autora assume que o Caso ergativo é Caso tipicamente inerente sendo licenciado na estrutura de vP em associação com a projeção argumental e com a atribuição de papel temático de agente²¹. Considerando que o Caso inerente não está nunca associado ao papel *theta* de tema/afetado, que é o papel *theta* que argumentos internos recebem nas

¹⁹ “Caso estrutural, de um modo geral, é dissociado do papel temático, é uma propriedade estrutural de uma configuração formal. O Caso inerente está intimamente relacionado a papel *theta*”. (Tradução nossa).

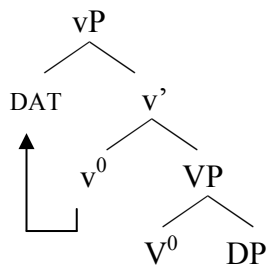
²⁰ A expressão grega *theta* bem como o símbolo θ serão sempre aqui utilizados em referência a papel temático.

²¹ “While structural Case is licensed on a purely structural basis, nonstructural Case is licensed in connection with θ -marking. Nonstructural Case is licensed at a level/phase prior to structural Case licensing, although the identity of this level has changed: D-structure has been eliminated from the theory, but the modern equivalent in argument structure, vP structure or vP phase (Chomsky 2000), in terms of an initial level where θ -marking and nonstructural Case licensing take place”. WOOLFORD, 2006, p. 116.

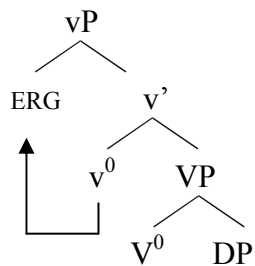
línguas, Woolford (2006) propõe que o Caso ergativo se associa somente a argumentos externos, nunca a argumentos internos.

Woolford (2006) assevera que os Casos ergativo e também o dativo teriam forte associação com os papéis temáticos agente e experienciador respectivamente, ambos licenciados pelo núcleo v^0 , conforme demonstram as configurações sintáticas a seguir.

(11) VALORAÇÃO DO CASO DATIVO DO SUJEITO DE VERBOS PSICOLÓGICOS:



(12) VALORAÇÃO DO CASO ERGATIVO DO SUJEITO DE VERBOS TRANSITIVOS DE AÇÃO:



Destarte, segundo a autora, o Caso dativo marca argumentos externos com papel temático {EXEPIENCIADOR} e o Caso ergativo se correlaciona aos argumentos que apanham o papel temático {AGENTE}. No

âmbito da literatura gerativa o dativo foi sempre tratado como o Caso inerente em algumas **línguas nominativas**, pois, em geral, associa-se a argumentos que recebem papel temático de experienciador, conforme se nota pelos exemplos arrolados a seguir.

ISLANDÊS

- (13) *Jóni líkuðu þessir sokkar*
Jon-DAT gostar-PL essas meias-NOM
“João gosta destas meias”

[Bobaljik (2006, p.4)]

ESPAÑHOL

- (14) *me encantan los niños.*
me-DAT encantam os meninos-NOM
“Eu me encanto com os meninos”.

[Duarte e Barcelos Silva (2010)]

Todavia, conforme afirmamos alhures, em **línguas ergativas**, os verbos de ação, transitivos ou intransitivos, tendem a marcar o seu sujeito com o Caso ergativo, e não com o Caso nominativo, conforme mostram os exemplos do Basco e Georgiano a seguir.

BASCO

- (15) *Gizona-k kurritu du*
Man-ERG run AUX
“The man ran”

[Levin (1989, p. 33)]

- (16) *Miren-ek atea ireki du.*
Miren-ERG door-NOM open AUX
“Miren opened the door”

[Levin (1989, p. 20)]

GEORGIANO (SOUTH CAUCASIAN: GEORGIA)

- (17) *Vano-m gamozarda dzma*
Vano-ERG levantar irmão
“Vano levantou o irmão”
- (18) *Bavšv-ma itira*
Criança-ERG gritar
“A criança gritou”

[cf. Duarte e Barcelos Silva (2010)]

Um diagnóstico muito relatado pela literatura para identificar quando os Casos ergativo e dativo são inerentes, é sua ocorrência em construções onde T° é inerte/não-finito, principalmente em orações encaixadas/nominalizadas²². Segundo essa análise, Caso nominativo está diretamente relacionado à finitude da sentença. Nas construções finitas, o núcleo T° atua como uma sonda²³ buscando um DP (alvo) dentro de seu domínio de checagem, de modo a poder atribuir o Caso nominativo numa relação de c-comando. Em vista disso, assumem alguns teóricos, que nos contextos onde o núcleo T° é defectivo [- finito], as línguas optam pelo Caso inerente para atribuir Caso ao argumento. Conforme propõe Legate (2006, p. 4), é exatamente isso que ocorreria no Warlpiri. De acordo com a autora, nesta

²² LEGATE, 2006.

²³ CHOMSKY, 2005.

língua, apenas DPs com Caso inerente podem figurar na posição de sujeito de sentenças subordinadas infinitas, de sorte que o Caso nominativo não é licenciado nesses contextos, pois o domínio C/TP não está ativado, conforme mostram os dados abaixo:

- (19) ... [*ngaju-ku* *jarda-nguna-nja-rlarni*]
... I-dative sleep-lie-infin-obvc
“... while I was asleep”

[Legate (2006, p.19)]

- (20) ... [*karnta-patu-rlu* *miyi* *purra-nja-puru*]
... [woman-pauc-ERG food (ACC) cook-infin-tempc]
“... while the women are cooking the food”.

[Legate (2006, p.20)]

Em (19) e em (20), os sujeitos do intransitivo e do transitivo não recebem o Caso nominativo, mas sim o Caso dativo e ergativo, respectivamente. A razão é a seguinte: sendo a sentença não-finita, o núcleo T° não entra na derivação com Caso estrutural a valorar. A hipótese aventada por Legate (2006) é a de que o Caso dos DPs é valorado no ponto em que são juntados no domínio de vP, ou seja, na posição de especificador de vP.

Outro diagnóstico, agora apontado por Woolford (2006), para distinguir o Caso estrutural do Caso inerente refere-se à preservação do Caso inerente nas construções passivas. Segundo a autora, como o Caso do objeto é

valorado inerentemente, ele permanece inalterado quando ocorre a transformação da voz ativa para a voz passiva. Vejamos:

ISLANDÊS

VOZ ATIVA:

- (21) a) *Þeir skiluðu Maríu bókinni*
They returned Mary-DAT the book-DAT
'They returned the book to Mary'.

VOZ PASSIVA:

- b) *Maríu var skilað þessari bók*
Mary-DAT was returned this book-DAT
'This book was returned to Mary'

[Jónsson²⁴ (1996) *apud* Woolford (2006)]

ALEMÃO

VOZ ATIVA:

- (22) a) *Sie hilft ihm*
She helps him-DAT

VOZ PASSIVA

- b) *Ihm wird geholfen*
He-DAT is helped

[Haider²⁵ (1985) *apud* Woolfrod (2006)]

²⁴ JÓNSSON, J. G. *Clausal architecture and case in Icelandic*. Doctoral dissertation, University of Massachusetts, Amherst, 1996.

²⁵ HAIDER, H. The Case of German. In: *Studies in German Grammar*, ed. Jindrich Toman. Dordrecht: Foris, 1985. p. 65-101.

Nas sentenças (21a-b) e (22a-b) acima, o Caso dativo do argumento interno mantém-se inalterado. Isso ocorre tanto na voz ativa quanto na voz passiva. Assim, nesses contextos, o dativo seria o Caso inerente, já que é preservado sob movimento-A.

Tomando por base a revisão teórica apresentada até aqui, vimos que Caso estrutural se difere de Caso inerente por não ter conexão direta com a atribuição de papel temático e por envolver uma operação sintática AGREE entre um núcleo funcional da sentença e um DP que esteja em seu domínio de checagem. Caso inerente, por sua vez, tem íntima correlação com determinadas posições *theta* e cobre dois Casos: o dativo e o ergativo.

2.2. ESTRUTURA ARGUMENTAL

2.2.1 A hipótese do sintagma verbal bipartido: v-VP

Conforme proposta de Chomsky (1995) e Hale & Keyser (1993, 2002), assumiremos que os sintagmas verbais são estruturas complexas representadas por um VP interno (VP) articulado a um VP externo (vP), cujos núcleos atribuem papéis temáticos distintos aos argumentos por eles projetados. Assim, DPs com papel temático de **agente** seriam projetados na estrutura argumental por um verbo leve causativo (v^0), núcleo de vP, e os DPs com papel

temático de “tema” ou “afetado” seriam projetos pelo verbo lexical (V^o) núcleo de VP.

Um dos argumentos utilizados pelos teóricos para motivar a hipótese de um sintagma verbal mais articulado é o fenômeno da causatividade. A análise de certas construções causativas do inglês, como por exemplo, as construções que permitem alternância ergativa, são bastante elucidativas e compreendem importante diagnóstico a favor da hipótese de um VP complexo. Vejamos os seguintes exemplos do inglês elencados por Radford (1999) para explicar o fenômeno:

(23) a) We rolled the ball down the hill.

b) The ball rolled down the hill

(24) a) He broke the vase into pieces

b) The vase broke into pieces

(25) a) They closed the store down

b) The store close down

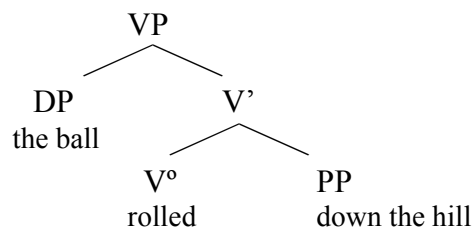
De acordo com Radford (1999), tanto em (23a) quanto em (23b) o DP *the ball*, exibe o papel temático de afetado relativamente ao verbo *rolled*, fato que se repete em (24) e (25) no que diz respeito aos DPs *the vase* e *the store* e seus respectivos verbos. Em conformidade com a hipótese de atribuição uniforme de papel temático (*Uniform theta-assignment hypothesis* – UTAH)

proposta por Baker (1988), dois argumentos que recebem o mesmo papel temático de um predicado ocupam na sintaxe posição de base idêntica. Em sendo assim, podemos concluir que, em ambas as sentenças do exemplo (23), o DP *the ball* ocupa a mesma posição sintática, o mesmo raciocínio valendo para os DPs *the vase* e *store*, nos exemplos (24) e (25).

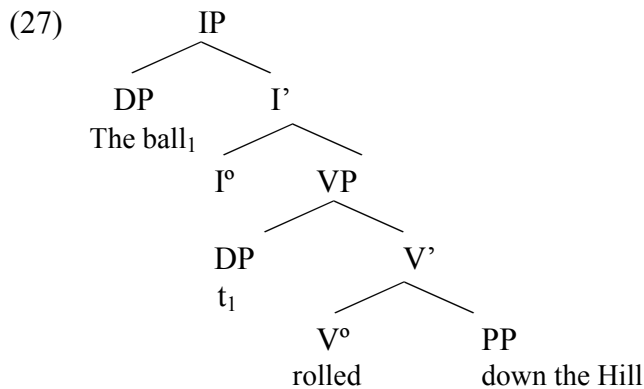
No entanto, uma dúvida precisa ser esclarecida. Se em (23a) e (23b), o DP *the ball* tem origem na mesma posição sintática, por qual motivo o referido argumento se encontra em posição típica de sujeito em (23b), e em (23a) aparece depois do verbo? A resposta é simples se admitirmos a hipótese de um VP com uma estrutura bipartida. De acordo com essa hipótese, o que se observa nos exemplos acima é o movimento do verbo de um sintagma verbal mais interno (VP) para um sintagma verbal mais externo (vP).

O sintagma verbal interno (VP) representado pela oração em (23b) - *The ball rolled down the hill* se formaria através de uma operação *Merge* entre o núcleo V° e o complemento PP (*down the hill*) constituindo a projeção V' (*rolled down the hill*) que, por sua vez, também por *Merge*, se uniria ao DP *The ball*. Vejamos a derivação a seguir:

(26)



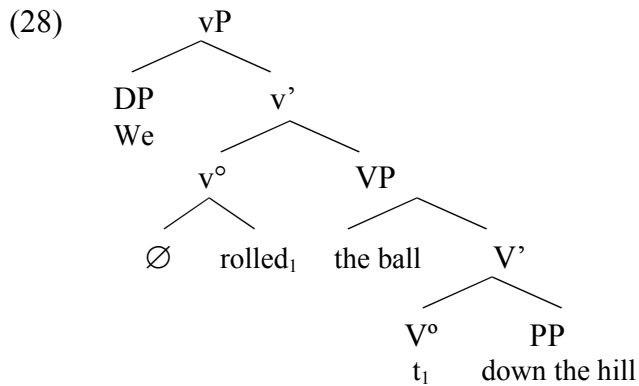
O VP formado se adjungiria por *Merge* ao núcleo de uma categoria funcional IP, e o sujeito *the ball* seria alçado à Spec-IP para satisfazer traços, como, por exemplo, o traço de Caso nominativo. É o que demonstra a estrutura a seguir:



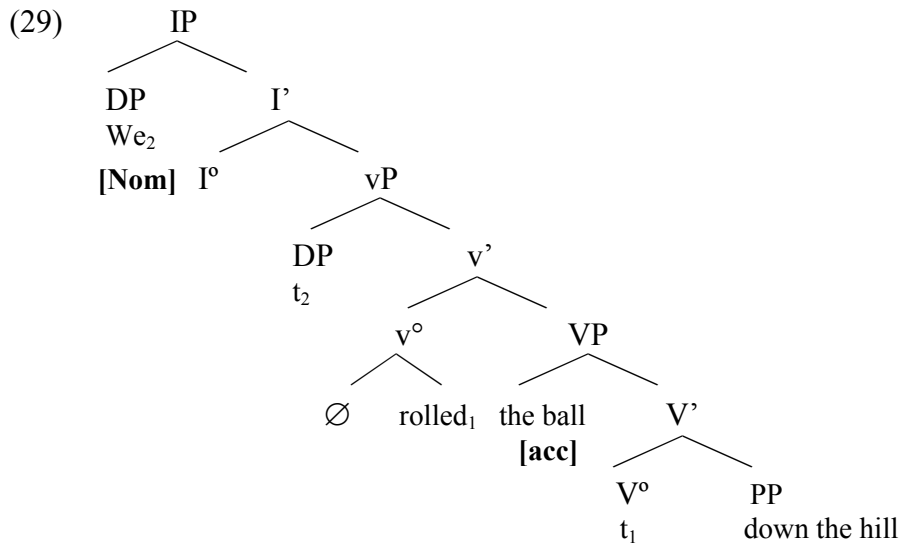
Contudo, em (23b) *We rolled the ball down the hill* verificamos a inserção de um terceiro argumento à estrutura acima: o DP com papel temático de agente *we*. Nos moldes do que pressupõe a hipótese do VP bipartido, é possível explicar formalmente a referida construção pela união da estrutura em (27) a um verbo abstrato causativo, núcleo (v°) do sintagma verbal vP. Este verbo, tratado como verbo leve (*light verb*), apesar de nulo nas orações exemplificadas, acarretaria para a sentença interpretação causativa similar àquela de construções com o verbo *make*. Sendo assim, a sentença em (23b) pode ser interpretada como *We made the ball roll down the Hill*.

Além de nulo, segundo Radford (1999), o verbo leve seria um núcleo de natureza afixal - \emptyset , e sua característica essencial seria forçar o

alçamento do verbo lexical (V°) projetando a estrutura v' , que, por sua vez, se adjungiria a um DP com papel temático de agente compondo a estrutura vP . É o que demonstra a derivação abaixo:



Há que se ressaltar que em sentenças como (23a) o vP une-se ao núcleo da categoria funcional IP. Em seguida, observa-se o movimento do DP *we* para a posição de sujeito para que o traço ininterpretável de Caso nominativo seja valorado. Por sua vez, o objeto, representado pelo argumento *the ball*, checa Caso acusativo através do verbo leve, sem que haja movimento. Vejamos a configuração a seguir:

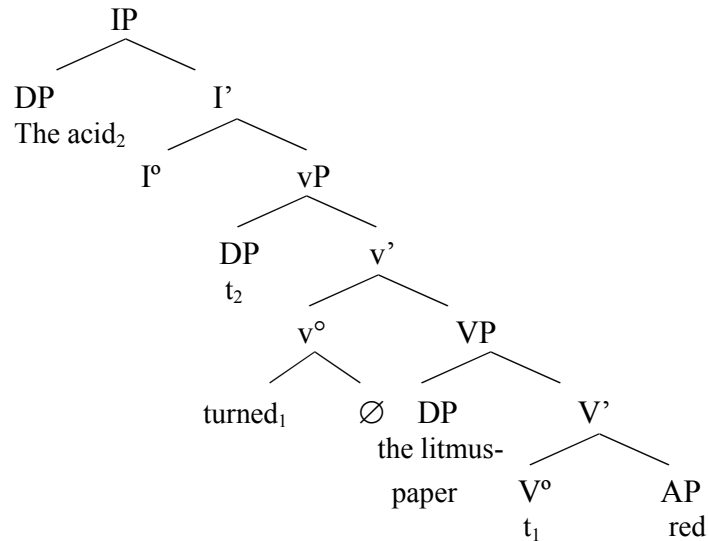


Além das orações com alternância ergativa acima analisadas, também representam forte evidência a favor de um sintagma verbal articulado as construções cujos verbos lexicais (V°) selecionam argumento de natureza adjetival como complemento. Abaixo, exemplos elencados por Radford (1999):

- (30) a) The acid turned the litmus-paper red.
 b) They painted the house pink.

Nessas construções um verbo lexical, núcleo de VP, seleciona um DP como sujeito e um AP como seu complemento. Em seguida, V° é alçado para adjungir a um verbo leve causativo, núcleo de vP. O sujeito de v°, por sua vez, também é alçado de Spec-vP para a posição Spec-IP para checagem de Caso nominativo. Vejamos a configuração de (30a), a seguir:

(31)



Ressalte-se, que as sentenças em (30) permitem uma interpretação causativa conforme demonstram as seguintes paráfrases:

- (32) a) The acid made the litmus-paper turn red
b) They made the house painted pink

Como vimos, as construções abordadas nesta seção compartilham, como característica essencial, a causatividade, fenômeno este que representa forte evidência a favor da hipótese de uma estrutura bipartida v-VP.

2.2.2 Das construções causativas

Segundo Comrie (1976), nas construções causativas, um determinado verbo causativo terá um argumento a mais que o seu verbo correspondente não-causativo pela adição de um sintagma nominal expressando a pessoa ou coisa que ocasiona a ação. São várias as estratégias que as línguas utilizam para acomodar este DP “extra”.

Uma delas são as chamadas **causativas analíticas** que possuem uma sentença matriz e uma sentença encaixada. Nessas, construções, conforme propõe Guasti (1997), o verbo causativo (núcleo da sentença matriz) e o verbo da sentença encaixada se comportam como duas palavras independentes. Vejamos o seguinte exemplo de uma construção causativa analítica do inglês:

(33) Peter made John work hard.

Guasti (1997) ressalta que o termo “causativa” se refere à semântica da construção e expressa a idéia de que o evento *John working hard* é causado por alguém. Assim, em (33) Peter é o **causador** do evento, aquele que desencadeia (ou deixa de impedir) a ação praticada por John, que, conseqüentemente, é o **causado** no evento.

Existem, porém, outros meios de expressar a causação. Em algumas línguas, há o que chamamos **causativas morfológicas**. Conforme Guasti (1997), essas construções se caracterizam pela afixação de um morfema verbal causativo a uma raiz verbal que expressa um evento. O resultado é um verbo causativo composto. De acordo com Comrie (1976), nessas construções o verbo causativo e o encaixado são co-lexicalizados em uma estrutura derivada, morfológicamente complexa, mas que se comporta sintaticamente como um verbo simples.

Guasti (1997) arrola as seguintes construções do Chichewa, uma língua Bantu, como exemplos de causativas morfológicas. Vejamos:

(34) *Mtsuko* *u- na- gw- a*
 o pote de água AGRS - PAST- cair - ASP
 “o pote de água caiu”

(35) *Mtsikana a- na- u- gw- ets- a mtsuko*
 a menina AGRS - PAST -AGRO- cair - CAUS- ASP pote de água
 “menina fez o pote cair”

Verificamos que o verbo principal em (34) é *gw-* (cair) com morfemas de tempo, aspecto e concordância (AGRS=sujeito; PAST= passado; ASP= aspecto). Em (35) o mesmo verbo encontra-se amalgamado ao morfema causativo *ets-*, formando um único verbo *gw-ets*, que recebe também os afixos de concordância de aspecto e de tempo.

No exemplo (34), *mitsuko* (o pote de água), sujeito da sentença, aparece em posição pré-verbal desencadeando a concordância com o verbo (*subject agreement* - AGRS). Já em (35) o verbo causativo introduz um novo argumento, *mitsikana* (menina), argumento sujeito do verbo complexo, que aparece na posição pré-verbal e desencadeia concordância com o verbo (*subject agreement* - AGRS). O sujeito de *gw-* em (34), isto é, *mitsuko*, se torna o objeto do verbo complexo, ocupando a posição pós-verbal, destinada aos objetos em Chichewa, desencadeando a concordância do objeto (*object agreement* -AGRO) com o verbo complexo.

Guasti (1997), contudo, também apresenta e analisa as chamadas construções causativas românicas (do qual italiano é um exemplo) que parecem ocupar uma posição intermediária entre as causativas analíticas encontradas no inglês e as causativas morfológicas encontradas no Chichewa.

Como no inglês, as sentenças causativas do italiano contém dois verbos: um expressando causação, *fare* (fazer), e o outro expressando o efeito da causação. Um exemplo é dado abaixo:

- (36) *Elena ha fatto lavorare Gianni.*
Elena has made work Gianni
“Elena made Gianni work”

[Guasti (1997, p. 125)]

Guasti (1997) explica, no entanto, que as similaridades param por aqui. Apesar de a morfologia mostrar que existem duas palavras, as evidências sintáticas sugerem que *fare lavorare* (fazer trabalhar) forma um único verbo complexo que se comportaria similarmente às causativas em Chichewa. Segundo a autora, os dois verbos contariam como uma unidade para a sintaxe e possuiriam uma grade temática única, formada pelos argumentos de cada um dos verbos.

Para demonstrar sua hipótese, Guasti (1997) recorre ao estudo da posição dos clíticos e à análise do movimento do DP em construções passivas.

A primeira evidência apontada por Guasti (1997) é que, diferentemente das causativas em inglês, em italiano o sujeito do verbo não-causativo (no infinitivo) não pode aparecer entre o verbo causativo e o verbo no infinitivo, interrompendo a adjacência entre eles. Isso demonstra que esses verbos constituem um verbo complexo para a sintaxe. O sujeito deve aparecer sempre ao final da sentença, como demonstra o par de exemplos abaixo:

(37) * *Elena fa Gianni lavorare.*
'Elena make Gianni work.'

(38) *Elena fa lavorare Gianni.*
Elena makes work Gianni.
'Elena makes Gianni work.'

[Guasti (1997, p. 126)]

Nas causativas baseadas em verbos transitivos, o sujeito do verbo no infinitivo, *Gianni*, deve aparecer depois do objeto direto *la macchina* precedido da preposição *a*. Observemos as seguintes construções:

(39) * *Elena fa Gianni riparare la macchina.*
'Elena makes Gianni repair the car'

(40) *Elena fa riparare la macchina a Gianni.*
Elena makes repair the car to Gianni
'Elena makes Gianni repairs the car.'

[Guasti (1997, p. 126)]

Por fim, nas causativas baseadas em verbos inacusativos, o argumento interno do verbo no infinitivo deve aparecer na posição pós-verbal, nunca entre o verbo causativo e o verbo principal:

(41) * *Il treno ha fatto Gianni arrivare in ritardo.*
'the train has made Gianni arrive late'

(42) *Il treno ha fatto arrivare Gianni in ritardo.*
'the train has made arrivare Gianni late'

[Guasti (1997, p.126)]

A análise da posição dos clíticos em italiano também é uma evidência apontada por Guasti (1997) em favor de sua hipótese. Consideremos a sentença em (40) repetida abaixo:

(43) *Elena fa riparare la macchina a Gianni*
Elena makes repair the car to Gianni.

Na língua italiana, o objeto direto de *riparare* (la macchina) pode ser expresso através de um clítico acusativo que vai aparecer antes do verbo causativo:

(44) *Elena la fa riparare ec a Gianni*
Elena it-FEM-SG-ACC makes repair to Gianni.

[Guasti (1997, p. 127)]

Segundo a autora, nos contextos em que o clítico é utilizado, a posição correspondente ao DP objeto contém uma categoria vazia (ec), com a qual o clítico deve estabelecer algum tipo de relação, eis que representa um argumento do verbo. Para justificar seu raciocínio, Guasti (1997), compara a posição do clítico no exemplo em (44) com a posição dos clíticos em contextos de construções infinitivas não-causativas, como o par de sentenças abaixo:

(45) *Gianni promise di leggere il libro*
Gianni promised to read the book

(46) *Gianni promise di leggerlo.*
Gianni promised to read-it-MAS-SG-ACC

[Guasti (1997, p. 127)]

Conforme Guasti (1997) nas construções acima o clítico que se refere ao objeto direto segue o verbo no infinitivo. A colocação do clítico antes do verbo no infinitivo é impossível:

(47) **Gianni lo promise di leggere.*
Gianni it- MAS-SG-ACC promised to read

[Guasti (1997, p.127)]

Interessante, no entanto, é o comportamento dos clíticos nas construções causativas. Nesses contextos, o aparecimento dos clíticos nos verbos finitos não é apenas possível, mas é necessário, já que a colocação dos clíticos em verbos no infinitivo, de acordo com a autora, é inaceitável.

- (48) **Elena fa ripararla ec a Gianni*
Elena makes repair-it- FEM-SG-ACC to Gianni

[Guasti (1997, p.128)]

Guasti (1997) argumenta que, normalmente, um clítico está associado ao verbo que determina seu papel temático, seu Caso e sua função gramatical. No entanto, em (44) o clítico *la* (FEM-SG-ACC), originalmente um argumento do verbo infinitivo *riparare*, está associado ao verbo causativo *fare* (fazer). Em vista disso, a autora assume que o verbo causativo e o verbo no infinitivo formam um único verbo complexo, cujo núcleo é o verbo causativo. Acrescenta que este verbo complexo herdaria as propriedades das suas partes componentes formando uma única grade temática que une os argumentos do verbo causativo e do verbo no infinitivo. Por fim, explica a autora que as funções gramaticais nas sentenças causativas serão definidas tendo em vista um único verbo complexo, e a posição dos clíticos será associada ao núcleo do verbo complexo.

Outra evidência para demonstrar que o verbo causativo e seu complemento infinitivo formam um verbo complexo são as construções passivas. Conforme elucida Guasti (1997), quando o verbo causativo está na forma passiva, o objeto direto do infinitivo se comporta como objeto direto do

verbo causativo: ele se move para a posição de sujeito do verbo causativo.

Vejamos a construção na voz passiva a seguir:

- (49) *La macchina è stata fatta riparare da Gianni.*
The car is been made repair to Gianni
'Gianni has been made to repair the car'

[Guasti (1997, p.128)]

Em (49) o verbo infinitivo *riparare* não está apto a valorar Caso acusativo, em vista disso, para garantir a valoração de Caso, o argumento objeto se move da posição de SPEC-VP para a posição de sujeito, em SPEC-IP. Se o verbo no infinitivo fosse capaz de atribuir Caso acusativo, a oração abaixo seria gramatical:

- (50) **Elena la è stata fatta riparare da Giani*
Elena it-FEM-SG-ACC is been made repair to Gianni.

[Guasti (1997, p. 128)]

De acordo com Guasti (1997), no exemplo (49), o verbo causativo está na voz passiva e, portanto, não é capaz de valorar Caso acusativo. Se o verbo *riparare* estivesse apto a atribuir Caso, atribuiria Caso acusativo ao objeto direto, que, substituído por um clítico, poderia se associar ao verbo causativo. Contudo, como demonstrado isso não seria possível. A explicação da autora para o fenômeno é que o verbo complexo *fare riparare* como um todo é que se comporta como se estivesse na passiva e não apenas o verbo causativo

fare. Sendo assim, a valoração de Caso acusativo no contexto fica impossibilitada.

Por fim, Guasti (1997) retoma a análise das posições dos clíticos, afirmando que, nas construções causativas, o sujeito do verbo no infinitivo se comportaria como objeto indireto do verbo complexo. Para tanto rediscute a construção em (40), observando que o sujeito do verbo no infinitivo *riparare* (Gianni), introduzido pela preposição *a*, pode ser substituído por um clítico dativo. Vejamos a oração abaixo, em que o clítico dativo substitui o objeto indireto:

- (51) *Elena gli ha fatto riparare la macchina ec.*
Elena to+him has made repair the car
'Elena made him repair the car'

[Guasti (1997, p. 129)]

Observando que o clítico dativo se posiciona junto ao verbo causativo, a autora conclui que o verbo complexo *fare riparare* (fazer consertar), possui três argumentos compreendendo os argumentos dos verbos fazer e consertar. Seria, portanto, um verbo bitransitivo, que atribui Caso acusativo ao seu objeto direto e Caso dativo ao seu objeto indireto.

Pois bem, interessante ressaltar que as mesmas evidências acima descritas para explicar as causativas de verbos transitivos foram testadas por Guasti (1997) relativamente às causativas baseadas em verbos intransitivos corroborando a hipótese de que, nas causativas românicas, o verbo causativo e o

verbo no infinitivo (principal) se comportam como se fossem um único verbo complexo herdeiro das propriedades e também dos argumentos dos verbos que o compõe. Em conseqüência, todos os processos sintáticos terão como referência esse verbo complexo.

Como inicialmente ressaltamos este trabalho busca reafirmar e corroborar a hipótese desenvolvida pela teoria gerativa de que os sintagmas verbais (VPs) são estruturas bipartidas, valendo-se, para tanto, da análise das construções causativas do Apinajé e do Timbira Apãniekrá. Como veremos no **capítulo 4**, os dados dessas línguas mostram uma configuração que se assemelha muito à estrutura das causativas morfológicas do Chichewa, por exibirem uma espécie de clítico causativo. Contudo, após uma análise mais detida, vemos que, nessas construções, o referido morfema corresponde, de fato, à matriz fonológica de um *verbo leve*, ou seja, ao núcleo (v^0) de um sintagma vP. Este verbo juntamente com o verbo lexical formam um verbo complexo, que acarreta para a sentença uma interpretação causativa.

2.2.3 Conflation

Para compreender o fenômeno de causativização observado a partir das línguas analisadas, recorreremos à teoria desenvolvida por Hale & Keyser (1993, 2002), considerando, especialmente, o que os autores propõem sobre o processo de *conflation*. Conforme Hale & Keyser (1993, 2002), *conflation* é um fenômeno que ocorre na derivação das estruturas sintáticas, concomitantemente ao processo de *Merge*, e que se caracteriza como uma propriedade dos núcleos fonologicamente vazios (totalmente ou parcialmente), que atraem a matriz fonológica do núcleo de seu complemento. *Conflation*, portanto, seria uma fusão sintática de núcleos em que a matriz fonológica do núcleo de um complemento é inserida no núcleo regente - vazio ou afixal, dando origem a uma palavra.

Ainda segundo os autores, por *Conflation* um verbo dito “vazio” adquire o constituinte fonológico de outro verbo por ele selecionado. Este processo corresponde à operação de movimento de núcleo, conhecida na teoria como *verb raising*. No entanto, em que pese a semelhança com o processo de incorporação (BAKER, 1988), com o qual partilha a necessidade de observância ao princípio de restrição de movimento de núcleo (Head Movement Constraint – HMC) e a capacidade de formar uma palavra pela adjunção do núcleo de um complemento ao núcleo de sua categoria regente, o processo de

conflation se distingue da incorporação por seu caráter mais específico. De acordo com Hale & Keyser (1993, 2000), a *conflation* se limita aos processos nos quais a matriz fonológica do núcleo de um **complemento** é introduzida na matriz fonológica (vazia ou parcialmente vazia) do núcleo que o seleciona, sendo, portanto, mais restrita do que a incorporação. Isso porque a operação de incorporação tolera movimento de matrizes fonológicas de núcleos de categorias em posição de complemento e também de **especificador**.

Em seus estudos Hale & Keyser (1993, 2000) utilizam a *conflation* para explicar a formação dos verbos intransitivos denominais (inergativos), dos verbos deadjetivais e dos verbos denominais transitivos de *location* e *locatum* no inglês.

2.3. LICENCIAMENTO DE PAPEL TEMÁTICO: PREPOSIÇÕES FUNCIONAIS.

Conforme Cançado (2008), a estrutura argumental de um predicador possui a informação sobre quantos e quais são os tipos de argumentos que saturam um predicado específico. Entretanto, para esses argumentos serem associados à sintaxe, há que se observar o Princípio da Hierarquia Temática. Segundo a autora, esse princípio estabelece, entre os argumentos de um predicador, que tipo semântico vai para qual posição sintática. Em vista disso,

existiria uma ordenação semântica e sintática a ser obedecida: o papel temático da estrutura argumental de um predicador mais proeminente vai para a posição de sujeito; o segundo mais proeminente vai para a posição de complemento; e se houver um terceiro ou quarto argumentos vão para a posição de adjunto.

De acordo com Cançado, é através da marcação de Caso que podemos associar os papéis temáticos atribuídos aos argumentos do predicador às funções gramaticais de sujeito, complemento e adjunto. Adotando a definição da Gramática Gerativa, a autora aponta que o Caso é que deixa os DPs visíveis para a interpretação do papel temático.

Assumindo, pois, essa afirmação geral, Cançado afirma que são três os Casos pertinentes para o PB: o nominativo, o acusativo e o oblíquo. O Caso nominativo seria atribuído pela concordância do verbo ao sintagma nominal com que ele concorda; o Caso acusativo seria atribuído, estruturalmente, ao sintagma nominal que é seu complemento; e como as duas posições nucleares de um predicador já estão preenchidas, um terceiro caso, o Caso oblíquo, só poderá ser atribuído através da inserção de uma preposição, encabeçando o sintagma nominal que é o seu complemento, e lhe atribuindo Caso estruturalmente. Portanto, conforme a autora, para que se estabeleça a associação dos papéis temáticos de um predicador às posições sintáticas de uma sentença, o argumento que recebe o papel temático mais alto da hierarquia

temática deve se associar ao sintagma nominal que recebe o Caso nominativo, pela concordância verbal. Havendo um segundo argumento neste predicador, o seu papel temático será o segundo em proeminência na hierarquia temática e se associará ao sintagma nominal complemento do verbo que recebe o Caso acusativo. Por fim assevera a autora que, se ainda, houver um terceiro ou quarto argumentos neste predicador, os papéis temáticos desses argumentos serão os mais baixos em proeminência da hierarquia e serão associados aos sintagmas nominais que receberão Caso oblíquo, através da inserção de uma preposição.

Cançado (2008) ilustra essa correspondência estrutura semântica - estrutura sintática, com o verbo *vender*, que segundo ela tem como estrutura argumental os papéis temáticos de desencadeador/controle, objeto afetado, alvo e valor. Vejamos o exemplo por ela arrolado:

(52) Os rapazes vendem o carro para Maria por cem mil reais.

De acordo com a autora ao DP *os rapazes*, que é o argumento que recebe o papel temático de desencadeador com controle, o mais proeminente na hierarquia temática, atribui-se o Caso nominativo pela concordância com o verbo, estando alocado na posição de sujeito. Ao DP *um carro*, que é o argumento que recebe o papel temático de objeto afetado, o segundo mais proeminente na hierarquia, atribui-se o Caso acusativo, colocando-o na posição de complemento do verbo. Restam dois DPs, argumentos do predicador *vender*,

que recebem respectivamente os papéis de alvo e valor, posicionados em último lugar na hierarquia; esses argumentos receberão o Caso oblíquo através da posição de complemento das preposições que são inseridas na estrutura sintática, sendo alocados em posição de adjunção da sentença, sem haver preferência de ordem:

(53) a) Os rapazes vendem um carro para Maria por cem mil reais.

b) Os rapazes vendem um carro por cem mil reais para Maria.

Assevera Cançado (2008) que, dessa maneira, a atribuição de Casos na estrutura sintática deixa visível a interpretação dos papéis temáticos dos predicadores, atribuídos na estrutura semântica a partir das regras de correspondência que ligam as duas estruturas. Conforme a autora, tendo em vista este processo de ligação entre a semântica e a sintaxe, a diferença entre complementos e adjuntos reside simplesmente na configuração estrutural e na forma como os DPs localizados nessas posições recebem o Caso. Destarte, se em uma posição de adjunção, o complemento da preposição for um argumento do verbo, a preposição que encabeça esse argumento só tem a função sintática atribuir Caso, ou seja, é uma preposição funcional. Já, se em uma posição de adjunção, o complemento da preposição for um argumento da própria preposição e não do verbo, a preposição além de funcional, ou seja, além de

atribuir Caso, também tem a função predicadora de atribuir papel temático em sua estrutura argumental.

Cançado (2008) assume a natureza híbrida de todas as preposições, que ora podem ser itens gramaticais, ora itens lexicais. Conforme a autora as preposições funcionais seriam aquelas que apenas encabeçam o DP argumento de um outro predicador, atribuindo-lhe Caso sem atribuir, contudo, nenhuma função semântica ao argumento que está na posição de seu complemento.

As propostas e hipóteses de Cançado (2008) sobre os argumentos de um predicador, sobre as diferenças entre complementos e adjuntos e, sobretudo, sobre as preposições funcionais serão de grande valia no capítulo 5, quando trataremos dos mecanismos de valoração do papel temático de **agente** nas construções ergativas a que nos propusemos analisar.

CAPÍTULO 3: O TRONCO LINGÜÍSTICO MACRO-JÊ

Neste capítulo traçaremos um pequeno panorama do tronco lingüístico Macro-Jê, destacando as línguas pertencentes a este tronco examinadas neste trabalho. Como já ressaltamos anteriormente, a fim de alcançar os objetivos desta dissertação, analisamos dados de algumas línguas do tronco lingüístico Macro-Jê, cujos argumentos externos de verbos de ação vêm marcados pela partícula ergativa *te*.

É importante salientar que os dados utilizados nesta dissertação não são dados primários, mas dados secundários retirados de trabalhos, já existentes, que se dedicaram a descrever as línguas.

3.1 O TRONCO LINGÜÍSTICO MACRO-JÊ

Conforme Rodrigues (1999), Macro-Jê é o nome proposto há mais ou menos 50 anos por Mason²⁶ (1950, p. 287) para um conjunto de línguas da América do Sul que se pensava estarem relacionadas à família lingüística Jê.

²⁶ MASON, J. A. The languages of South American Indians. In: STEWARD, J. H. (ed.) Handbook of South American Indians, vol. 6. Washington, DC: Smithsonian Institution. 157–317, 1950

Segundo o autor, as relações que permitem que certas línguas sejam atribuídas ao tronco Macro-Jê ainda é uma hipótese em construção, cujos detalhes variam de acordo com os estudiosos. Campos (2009) afirma que, embora seja ainda uma hipótese de trabalho, o tronco lingüístico Macro-Jê é assumido por muitos autores, dentre eles Rodrigues (1986²⁷, 1999), cuja classificação seria a mais aceita. Campos (2009)²⁸ ressalta que a classificação de línguas em troncos e famílias é baseada, segundo Rodrigues (2007)²⁹, no método comparativo, usado pela Linguística Histórica entre os séculos XIX e XX para estudar as línguas indo-européias. Os estudos que empregam tal método baseiam-se na regularidade de alterações fonológicas de um grupo de línguas determinado e postulam, com base nessas regularidades, que as línguas têm um ancestral comum no passado.

Rodrigues (1999) destaca que boa parte das línguas envolvidas na hipótese Macro-Jê já está extinta, além do que, a maioria delas é pouco documentada, o que dificulta o trabalho de análise e confrontação com as línguas e famílias do tronco Macro-Jê mais conhecidas.

²⁷ RODRIGUES, Aryon. D. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

²⁸ CAMPOS, 2009, p. 12-13

²⁹ RODRIGUES, Aryon. D. Linguística comparativa e pré-história dos povos indígenas sul-americanos: a hipótese Tupí-Karib e Macro-Jê. In: CRISTÓFARO-SILVA, Thais; MELLO, Heliana. Conferências do V congresso internacional da associação brasileira de lingüística. Faculdade de Letras: Belo Horizonte, 2007

Uma das famílias mais importantes do tronco Macro-Jê é a família Jê. Ela é considerada uma das mais relevantes famílias lingüísticas brasileiras reunindo línguas como o Kaingang (uma das 5 línguas indígenas com maior número de falantes no Brasil), o Mebengokrê (Kayapó), o Xavante, o Krahô e o Suyá (tabela 1, abaixo). Juntos, os povos falantes de línguas da família Jê representam cerca de 20% da população indígena brasileira ³⁰.

Seguindo a hipótese desenvolvida por Rodrigues (1989, 1999), reproduzimos o quadro abaixo, onde podemos observar as diversas famílias e respectivas línguas pertencentes ao tronco lingüístico Macro-Jê³¹.

³⁰ <http://macroje.aokatu.com.br/linguas.html>

³¹ CAMPOS, 2009, p.14

Tabela 1:**FAMÍLIA E LÍNGUAS DO TRONCO MACRO-JÊ.****Fonte:** Campos (2009)

Famílias	Línguas
1 Jê	†Jeikó Jê setentrional: Panará, Suyá, Kayapó, Timbira (Parkatêjê, Pykobjê, etc), Apinajê; Jê central: Xavante, Xerente, †Acroá-Mirim, †Xacriabá; Jê austral: Kaingáng, Xoklêng, †Ingaín.
2 Kamakã	†Kamakã, †Mongóyó, †Meniên, †Kotoxó, †Massakarã.
3 Maxakalí	†Pataxó, †Kapoxó, †Monoxó, †Makoní, †Malalí, Maxakalí.
4 Krenak	Krenak (Botocudo, Borúm).
5 Purí (Coroado)	†Coroado, †Purí, Koropó.
6 Ofayé	Ofayé.
7 Rikbaksá	Rikbaksá.
8 Boróro	Boróro, †Umutína, †Otúke.
9 Karajá	Karajá (incluídos quatro dialetos: Karajá austral, Karajá setentrional, Javaé e Xambioá).
10 Karirí	Karirí, †Kipeá, Dzubukuá, †Pedra Branca, †Sabuyá (incluído por Greenberg, mas não por Ribeiro e Kaufman).
11 Jabuti	Djeoromitxi (Jabuti), Arikapú.
12 Yatê	Yatê.
13 Guató	Guató.
14 Chiquitano	Chiquitano (Besiro).
15 Otí	†Otí (Eo-Xavánte) (A inclusão do Otí, proposta somente por Greenberg, não é substanciada pelos dados disponíveis).

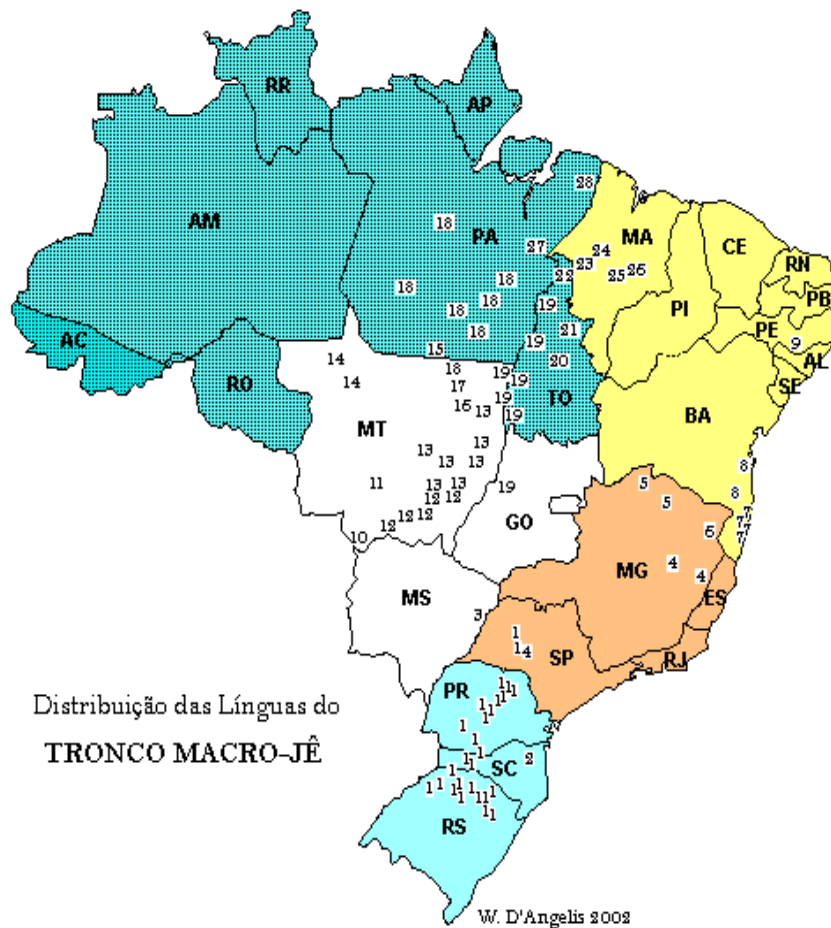
É importante ressaltar que todas as línguas do tronco Macro-Jê se encontram exclusivamente nos limites do território brasileiro. Grande parte na região que corresponde à Amazônia Brasileira, mas também há um considerável número de falantes no leste, nordeste, sudoeste e centro do país.

Trata-se do único tronco (e respectivas famílias) que não abrange línguas ou falantes de quaisquer outros países da América. O mapa abaixo mostra a distribuição das línguas do tronco Macro-Jê no Brasil ³²:

Figura 1:

Mapa da Distribuição das Línguas do TRONCO MACRO-JÊ

Fonte: <http://macroje.aokatu.com.br/linguas.html>



³² <http://macroje.aokatu.com.br/linguas.html>

1. Kaingang (RS, SC, PR, SP)	15. Panará (PA)
2. Xokleng (SC)	16. Suyá (MT)
3. Ofaié (MS)	17. Tapayuna (MT)
4. Krenak (MG, SP)	18. Kayapó - Mebengokre (PA; MT)
5. Xakriabá (MG)	19. Karajá (GO, MT, TO)
6. Maxakali (MG)	20. Xerente (TO)
7. Pataxó (BA)	21. Krahô (TO)
8. Pataxó Hã-hã-hãe (BA)	22. Apinayé (TO)
9. Yatê / Fulniô (PE)	23. Krikati (MA)
10. Guató (MT)	24. Pukobyé (MA)
11. Umutina / Bororo (MT)	25. Apaniekra (MA)
12. Bororo (MT)	26. Rankokamekra (MA)
13. Xavante (MT)	27. Kreyê (PA)
14. Rikbaktsa (MT)	28. Parakateyê (PA)

3.2 AS LÍNGUAS EXAMINADAS NESTA DISSERTAÇÃO

3.2.1 Timbira: Apãniekrá, Ramkokamekrá e Krĩkrati

O complexo lingüístico Timbira faz parte da família lingüística Jê, mais especificamente da família Jê do Norte, compreendendo as variantes faladas pelos povos Apãniekrá, Ramkokamekrá (ambos conhecidos como Canela), Apinajé, Krahô, Krenjé, Krĩkrati, Parkatejê (Gaviões do Pará) e Pykobjê (Gaviões do Maranhão). Juntos, estes povos somam uma população de aproximadamente seis mil indivíduos (RODRIGUES, 1999 apud ALVES, 2004)³³.

³³ RODRIGUES, A.D. *Línguas Brasileiras – para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.

O povo Apãniekrá vive na Terra Indígena de Porquinhos, no município de Barra do Corda no Maranhão, e a estimativa de população de acordo com a FUNAI Barra do Corda no ano 2000 (ALVES, 2004, p. 15), era de 458 indivíduos. Já o povo Ramkokamekrá vive na Terra Indígena Kanela, também no município de Barra do Corda no estado do Maranhão. A estimativa da população era de 1387 indivíduos, segundo a FUNAI Barra do Corda, no ano 2000. (ALVES, 2004, p. 15).

O povo Krĩkrati vive na Área Indígena Krĩkrati, nos municípios de Amarante, Montes Altos e Sítio Novo no estado do Maranhão. A estimativa da população no ano 2000 era de 620 indivíduos (FUNAI Imperatriz, 2000 apud ALVES, 2004). Segundo Alves (2004, p. 17) há ausência total de estudos sobre a língua falada por este povo.

3.2.2 O Apinajé

O Apinajé também pertence à família lingüística Jê, mais especificamente, à família Jê do Norte, segundo Rodrigues (1999). O território tradicional do povo Apinajé é o delta na confluência do Rio Tocantins e Rio Araguaia, no norte do estado de Tocantins³⁴.

³⁴ OLIVEIRA, 2005, p. 6

Atualmente, a Terra Indígena Apinajé abrange uma área de 141.904 hectares, incluindo trinta vilas. A população é estimada em mais ou menos 1.300 indivíduos³⁵.

3.2.3 O Maxakalí

Conforme Campos (2009), a língua Maxakalí pertence à família homônima Maxakalí, à qual também pertenciam as línguas Pataxó, Kapoxó, Monoxó, Makoní e Malalí. O Maxakalí é atualmente a única língua ainda viva dessa família. A população dos Maxakalí era estimada em torno de 1400 indivíduos, segundo dados de 2008³⁶, distribuídos em três reservas no vale do Mucuri, no estado de Minas Gerais.

Ainda segundo Campos (2009), a língua Maxakalí é classificada no Atlas da UNESCO das Línguas em Perigo como vulnerável em relação ao grau de vitalidade e perigo de desaparecimento. Em consulta ao site da UNESCO, verifica-se a permanência desta situação³⁷.

3.2.4 O Xavante

O Xavante é considerado uma língua pertencente à família Jê. Rodrigues (2009) a classifica entre as línguas do grupo Jê Central,

³⁵ Ibidem , p. 8.

³⁶ CAMPOS, 2009, p. 9

³⁷ <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00206>

relacionando-a juntamente com o Xerente, Xakriabá e o Akroá (as duas últimas já extintas). O povo Xavante vive em reservas no sudeste do estado do Mato Grosso e, segundo estimativa baseada em dados do Instituto Sócio-Ambiental (ISA), após recenseamento de 2007, sua população gira em torno de 13.000 indivíduos³⁸

³⁸ SANTOS, 2008, p. 44.

CAPÍTULO 4: CONSTRUÇÕES CAUSATIVAS EM LÍNGUAS DO TRONCO MACRO-JÊ

Neste capítulo estudaremos as construções causativas em algumas línguas da família Jê, no intuito de identificar a estrutura argumental dessas línguas e, principalmente, compreender em qual posição estrutural os argumentos marcados pela posposição ergativa *te* são licenciados. Para tanto adotaremos a hipótese desenvolvida pela teoria gerativa de que os sintagmas verbais (VPs) são estruturas bipartidas. Amparados em Hale & Keyser (1993 e 2002) e Chomsky (1995) assumiremos que os sintagmas verbais são estruturas complexas representadas por um VP interno articulado a um vP externo, cujos núcleos atribuem papéis temáticos distintos aos argumentos por eles projetados: DPs com papel temático de “agente³⁹” seriam projetados na estrutura argumental por um verbo leve causativo, núcleo de vP; e DPs com papel temático de “tema” ou “afetado” seriam projetados pelo verbo lexical núcleo de VP. Com fulcro nessa análise, pretendemos desenvolver a hipótese de que os argumentos que exibem o Caso ergativo, nas línguas Jê analisadas, são projetados pelo núcleo v^o, na posição de especificador de vP.

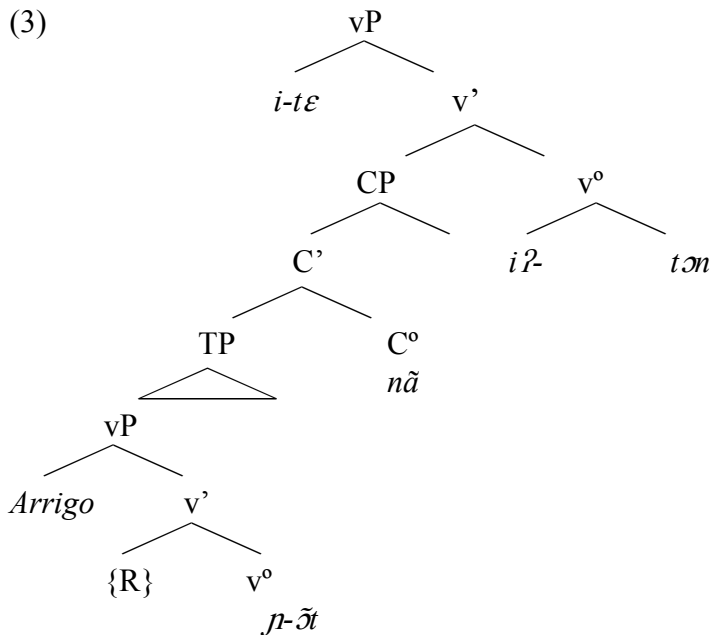
³⁹ “The external θ -role is a property of the v-VP configuration, and a specifier bearing this role is therefore a necessary part of configuration; a transitive verb assigns an external θ -role by definition.” CHOMSKY, 1995, p. 316.

Este capítulo está estruturado da seguinte maneira: na seção 4.1 apresentaremos os dados das línguas Timbira Apãniekrá e Ramkokamekrá, e do Apinajé que evidenciam a estrutura articulada v-VP; na seção 4.2, buscaremos explicar, à luz das hipóteses desenvolvidas por Hale & Keyser (1993 e 2002), o processo de causativização nas referidas línguas, discutindo as implicações do fenômeno no que concerne à teoria.

4.1 AS CONSTRUÇÕES CAUSATIVAS EM TIMBIRA APANIEKRÁ E RAMKOKAMEKRÁ E EM APINAJÉ

O Timbira Apãniekrá e Timbira Ramkokamekrá apresentam interessantes construções causativas. Nestas línguas o fenômeno abrange não só as causativas analíticas, mas também construções em que um causativo morfológico é utilizado como estratégia para causativização de verbos transitivos e intransitivos.

Segundo estudo descritivo elaborado por Alves (2004), o morfema causativo (causativizador) em Apãniekrá e Ramkokamekrá é o clítico *tɔ=*, provavelmente derivado do verbo “fazer”, cuja forma básica é também *tɔ*, podendo também aparecer com a forma *tɔn*.



Também a língua Apinajé apresenta uma curiosa construção causativa analítica, descrita nos estudos de Oliveira (2005), como causativa perifrástica. Antes de analisar a referida construção é preciso salientar que as construções causativas em Apinajé, sejam as perifrásticas ou morfológicas, envolvem o morfema causativo *ɔ* cujo sentido, sincronicamente e diacronicamente, é “fazer”⁴⁰.

Pois bem, conforme explica Oliveira (2005), as causativas perifrásticas em Apinajé codificam uma causação indireta: a construção *ɔ anẽ* expressaria a causa e um predicado subsequente codificaria um

⁴⁰ “The two main strategies for the expression of causativization in Apinajé are a periphrastic construction and a morphological construction, both involving the morpheme *ɔ*, translatable in both cases as ‘do’ – synchronically and diachronically, respectively.” OLIVEIRA, 2005, p. 261

resultado. A autora afirma, no entanto que, nas construções perifrásticas do Apinajé, a sentença que codifica o resultado não é estruturalmente um complemento encaixado do verbo causativo, mas uma sentença com sujeito distinto numa relação sintática com a sentença que expressa a causação. Ela explica que essa sentença não é um complemento de *ɔ anẽ*, mas estabelece uma relação paratática. Vejamos alguns exemplos.

(4) *na ka ri ic-t-ɔ anẽ pa rɔp kura*
 RLS 2 DEM 1-RP-fazer thus 1 dog hit
 ‘you caused me to hit the dog’
 (Lit: “you did me thus, I hit the dog”)
 [i.e. I was going to hit you with a stick, you stood behind the dog and I hit the dog instead of hitting you]

(5) *(na) ka ri ic-t-ɔ anẽ mrõ nẽ amni go pa*
 RLS 2 DEM 1-RP-do thus sink SS RFLX wet CNCL
 ‘you caused me to fall into the water and get all wet’
 (Lit: “You did me thus, I sank and wet myself completely”)
 [i.e. you pushed me into the creek].

(6) *tʌ dɔ me kučwar mɔ̃ ic-t-ɔ anẽ pa ic-krɔr beč=rɛ*
 EXCL but PL on.behalf DAT 1-RP-do thus 1 1-dotted pretty
 ‘why, then make me dotted just like her!’
 (Lit: “Do me thus as the others, I will get nicely dotted”)

[Oliveira (2005, p. 262)]

Interessante ressaltar que, apesar da ausência de subordinação, a razão que nos permite classificar as causativas perifrásticas do Apinajé como causativas analíticas é o fato de, nestas construções, o verbo causativo *ɔ* e o verbo que codifica o resultado (verbo lexical) se comportarem como lexemas

independentes, como palavras distintas, ou seja, selecionam CPs distintos. Destaque-se que, em seus estudos, Oliveira (2005, p. 266) assevera que cada um dos verbos das causativas perifrásticas possui sua grade de valência (estrutura argumental). Tal conclusão é especialmente relevante, eis que a estrutura argumental é a característica mais importante quando se pretende diferenciar as causativas analíticas das morfológicas.

4.1.2 Causativas morfológicas:

Como inicialmente ressaltamos, neste capítulo buscamos reafirmar e corroborar a hipótese desenvolvida pela teoria gerativa de que os sintagmas verbais (VPs) são estruturas bipartidas. Os dados das construções causativas morfológicas do Apinajé e do Timbira Apãniekrá e Ramkokamekrá serão o principal esteio de nossa análise.

Vejamos primeiramente os dados do Apinajé, que em muito se assemelham à estrutura das causativas morfológicas do Chichewa. Conforme já nos referimos, segundo Guasti (1997), essas construções se caracterizam pela afixação de um morfema causativo a uma raiz verbal que expressa um evento. O resultado é um verbo causativo composto, conforme demonstram os exemplos retomados a seguir:

- (7) *Mtsuko* *u- na- gw- a*
o pote de água AGRS - PAST- cair - ASP
“o pote de água caiu”

- (8) *Mtsikana a- na- u- gw- ets- a mtsuko*
 a menina AGRS - PAST -AGRO- cair - CAUS- ASP pote de água
 “menina fez o pote cair”

De acordo com Oliveira (2005, p. 265), as causativas morfológicas em Apinajé se caracterizam pela ocorrência do morfema causativo σ em posição imediatamente precedente ao verbo lexical da oração. Acrescenta a autora que, apesar do acento que marca σ não indicar que se trate de um prefixo, a estrutura complexa σV deve ser considerada como um verbo composto, visto que nenhum elemento interveniente pode ocorrer entre seus componentes.

Interessante observar que, diferentemente das causativas perifrásticas, as causativas morfológicas em Apinajé configuram um único predicado, cujo aumento de valência está diretamente relacionado ao aparecimento do morfema causativo σ antes do verbo lexical. Vejamos alguns exemplos:

- (9) a) *na kawə dσ*
 RSL cōfo full
 ‘The basket is full’
- b) *na ka kawə σ=dσ*
 RLS 2 cōfo CAUS=full
 ‘You filled the basket’

- (10) a) *na ra apeč*
 RLS ASP end
 ‘it’s over’
- b) *na pa ra i-j-apeč*
 RLS 1 ASP 1-RP-end
 ‘I’m fading, perishing (e.g. due to malnutrition)’
- c) *kɔt kaj ic=t-ɔ=apeč*
 IRLS 2 1-RP-CAUS=end
 ‘you will destroy/finish with me’
- (11) a) *pa ra ma tẽ*
 1 ASP MOV go
 ‘I’m leaving’
- b) *na pa a-t-ɔ-tẽ*
 RLS 1 2-RP-CAUS=go
 ‘I’m taking you’

[Oliveira (2005, p. 265 e 266)]

Coadunados com a hipótese teórica de que os sintagmas verbais (VPs) são estruturas bipartidas, assumiremos que o morfema causativo em Apinajé corresponde à matriz fonológica do núcleo do sintagma vP, ou seja, corresponde ao *verbo leve*. Este verbo acarretará para a sentença uma interpretação causativa direta.

Conforme ressaltamos no **capítulo 2**, o *verbo leve* é considerado um núcleo de natureza afixal, cuja característica elementar é introduzir na derivação um argumento com papel temático de **agente**, mais especificamente,

introduz um D/NP com as propriedades semânticas⁴¹ {desencadeador}, {controle} e {não-afetado}.

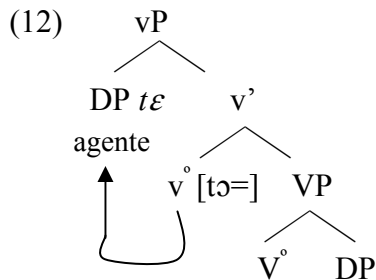
Essa característica do *verbo leve* pode ser especialmente observada em alguns dados de causativas morfológicas do Apãniekrá e Ramkokamekrá quando o tempo passado simples (passado recente) é acionado. Em consonância com o raciocínio acima apresentado, assumiremos que o clítico *to* das causativas morfológicas dessas línguas também corresponde formalmente ao *verbo leve*, núcleo de vP. Conforme já mencionamos, o morfema causativo em Apãniekrá e Ramkokamekrá é o clítico *to*=, resultado, provavelmente, de um processo de gramaticalização do verbo “fazer”, cuja forma básica é *to* podendo aparecer ainda com a forma *ton*.

Como também já elucidamos na introdução desta dissertação, em Apãniekrá, quando a oração apresenta tempo não-passado, o núcleo T° encontra-se ativado e apto a valorar Caso estrutural nominativo aos sujeitos das orações transitivas (A) e aos sujeitos das orações intransitivas (S). Já quando a

⁴¹ CANÇADO, 2009 propõe “que a cada argumento acarretado pelos predicadores existe um grupo de propriedades semânticas relacionadas a esse argumento, especificando o conteúdo semântico dessa relação predicador-argumento; é a esse grupo de propriedades acarretadas a um determinado argumento, que chamamos de papel temático”. Em outra oportunidade a autora afirma que são três as “propriedades semânticas principais, relacionadas às três grandes categorias semânticas: desencadeador, que é uma propriedade relacionada a ações/causações; afetado, que é relacionada a processos; e estativo, que é relacionada a estados. O controle é uma propriedade compatível com as três propriedades citadas acima. Entretanto, diferentemente dessas propriedades, o controle nunca ocorre isolado” CANÇADO, 2005.

oração se encontra no tempo passado, mais precisamente quando o tempo utilizado é o passado recente ou simples, (S) e (O), alinhados, recebem estruturalmente o Caso absolutivo⁴², e a partícula ergativa *tɛ* marca o Caso dos sujeitos de transitivos (A).

Fato é que a posposição *tɛ* sempre vem enclítica aos sujeitos **agentes** de verbos transitivos. Essa observação é notadamente interessante, pois a partir dela podemos concluir que, nas referidas línguas, o sujeito agente de uma construção causativa morfológica no passado simples, deverá sempre estar acompanhado da posposição ergativa *tɛ*. Além disso, levando em conta a hipótese de um sintagma verbal bipartido, v-VP, podemos afirmar que os argumentos encabeçados por *tɛ* serão projetados na posição de especificador de vP por *tɔ=*, que corresponde formalmente ao *verbo leve* núcleo de vP, conforme demonstra a configuração a seguir:



Os seguintes pares de exemplos confirmam nosso raciocínio:

⁴² Para detalhes dessa análise, remeto o leitor ao texto de ALVES, 2002, p. 83-93.

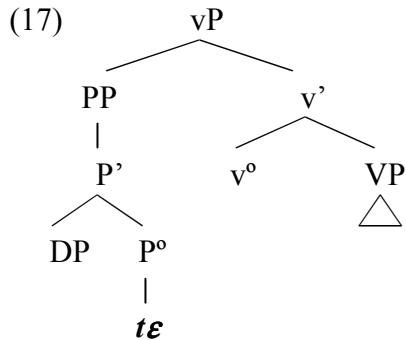
- (13) *wa ha ma a-tɔ= tẽ carorin wəɾ*
 1 IRR DIR 2-CAUS= ir Carolina DIR
 “eu vou levar você pra Carolina”
- (14) *ku-tɛ amjĩ prõ mã kupẽɽkɛ tɔ=tẽm*
 3-ERG RFL esposa DAT pano CAUS= ir
 “ele levou pano para sua mulher”
- (15) *ramã kuhĩ apu ikɛ tɔ= katʃɛɾ*
 ASP fogo PRG casa CAUS= queimar
 “o fogo está queimando minha casa”
- (16) *kuhĩ tɛ ikɛ Ø tɔ= katʃɛɾ*
 Fogo ERG casa ABS CAUS= queimar
 “o fogo queimou a casa”

[Alves (2004, p. 70,76, 99 e108)]

Os exemplos acima claramente demonstram que o morfema *tɔ=* imprime leitura causativa aos verbos *tẽ* (ir) e *katʃɛɾ* (queimar), acarretando semanticamente as interpretações “fazer ir” (levar), e “fazer queimar”, respectivamente. Além disso, mostram que no tempo passado simples – exemplos (14) e (16), os sujeitos agentes das construções causativas vêm marcados pela posposição *tɛ*.

Ora, as conclusões acima apresentadas revelam um fenômeno bastante curioso e de extrema importância. É que, diferentemente das línguas nominativas/acusativas nas quais PPs encontram-se comumente associados à posições de complemento e adjunto, nas línguas aqui analisadas, um sintagma

posposicional cujo núcleo é *tε* ocupará a posição de especificador de vP, destinada aos sujeitos. Na representação abaixo podemos visualizar com clareza a posição ocupada pelo sintagma posposicional nas línguas em exame.



4.2. DO PROCESSO DE CAUSATIVIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES

4.2.1 Do processo de causativização

Pois bem, considerando nossa hipótese de que o morfema causativo nas línguas aqui analisadas corresponde à realização no componente morfossintático do verbo leve, núcleo de vP, a seguinte pergunta surge: como se dá o processo de causativização nessas línguas?

Assumindo a hipótese desenvolvida por Hale & Keyser (1993; 2002), o fenômeno de causativização morfológica poderia ser explicado a partir de um processo de *conflation*. Conforme já nos referimos no **capítulo 2**, *conflation* é um fenômeno que ocorre na derivação das estruturas sintáticas,

concomitantemente ao processo de *Merge*, e que se caracteriza como uma propriedade dos núcleos fonologicamente vazios (totalmente ou parcialmente), os quais têm a propriedade de atrair a matriz fonológica do núcleo de seu complemento. *Conflation*, portanto, seria uma fusão sintática de núcleos em que a matriz fonológica do núcleo de um complemento é inserida no núcleo regente - vazio ou afixal, dando origem a uma única palavra.

Tendo em vista a proposta de Hale & Keyser (1993; 2002), assumiremos que, nas construções causativas morfológicas, o verbo leve (núcleo da projeção vP) é preenchido apenas pelo morfema causativo *tɔ̃*, em Apãniekrá e Ramkokamekrá, e *ɔ* em Apinajé. Retomemos os seguintes exemplos:

Apãniekrá

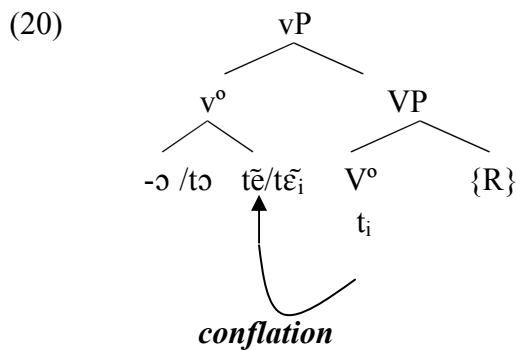
(18) *wa ha ma a-tɔ̃ tẽ carorin wəɾ*
 1 IRR DIR 2-CAUS= ir Carolina DIR
 “eu vou levar você pra Carolina”

Apinajé

(19) *na pa a-t-ɔ-tẽ*
 RLS 1 2-RP-CAUS=go
 ‘I’m taking you’

Em ambas as orações, o núcleo do sintagma verbal vP tem natureza afixal (morfemas causativos *-ɔ* e *tɔ̃*), motivo pelo qual um processo de

conflation concomitante ao *Merge* deve ser desencadeado para preenchê-lo. Assim, considerando que o complemento selecionado por v^o é o sintagma verbal VP, a matriz fonológica de seu núcleo (V^o) - nos exemplos os verbos $te\tilde{}$ em Apinajé, e $t\tilde{e}$ em Apãniekrá - deverá ser transferida para v^o de modo a formar os respectivos verbos causativos. Este processo pode ser abstratamente representado da seguinte maneira:



No Apãniekrá, contudo, encontramos construções causativas bastante interessantes em que um morfema de concordância quebra a adjacência formada entre o afixo causativo e a matriz fonológica supostamente transferida por *conflation*. Vejamos alguns exemplos:

(21) *a-tε* *ko* *tɔ=* *iʔ-krakɔ*
 2-ERG água CAUS= 3-estar quente
 “você esquentou a água”

(22) *a-tε* *hĩ* *tɔ=* *h-ʒmr*
 você-ERG carne CAUS= 3-estar cozida
 “você cozinhou a carne”

- (23) *hũmrɛ* *tɛ* *moto* *tɔ=* *iʔ-kɛn*
homem ERG motor CAUS= 3-estar ruim
“o homem estragou o motor”
- (24) *i-tɛ* *ko* *tɔ=* *h-akri*
1-ERG água CAUS= 3-estar frio
“eu esfriei a água”

[Alves (2004, p. 59 e 73)]

Tomando por base os exemplos acima, verificamos que os morfemas de terceira pessoa *iʔ* e *h-* aparecem prefixados à matriz fonológica correspondente aos núcleos de V°. Segundo Alves (2004), esta variação demonstra que os complementos objetos desses verbos não estão imediatamente adjacentes ao núcleo. Em sendo assim, podemos interpretar a ocorrência dos referidos como traços-phi [pessoa e número] deixados para trás, quando do deslocamento do objeto para uma posição mais alta na derivação, provavelmente, para receber Caso.

Situação paralela pode ser verificada em línguas românicas como o francês e o italiano, as quais, no tempo passado composto (*passé composé* no francês e *passato prossimo* no italiano), acionam um verbo auxiliar correspondente ao verbo “haver” (o *avoir* no francês, e *avere* no italiano) e um verbo principal no particípio passado. Nestas construções, o argumento objeto quando cliticizado se posiciona à esquerda do verbo auxiliar desencadeando

concordância de gênero e número com o verbo no particípio passado. Vejamos

alguns exemplos:

Dados do Francês:

(25) a) Vous avez perdu vos clés.
2-PL haver-2-PL perder-PART.PASS POSS chaves-FEM-PL -ACC
'vocês perderam suas chaves'.

b) Vous l'avez perdues.
2-PL CL-FEM-PL-ACC=haver-2-PL perder-PART.PASS-FEM-PL
'vocês as perderam'

(26) a) Il a aimé ces comédies
3-SG haver-3-SG amar-PART.PASS DEM comédias-FEM-PL-ACC
'Ele amou aquelas comédias'

b) Il l'a aimées.
3SG CL-FEM-PL-ACC=haver-3-SG amar-PART.PASS-FEM-PL
'ele as amou'

Dados do italiano :

(27) a) Noi abbiamo comprato una penna.
1-PL haver-1-PL comprar-PART.PASS ART-INDF caneta-FEM-SG-ACC
'Nós compramos uma caneta'

b) Noi l'abbiamo comprata.
1-PL CL-SG-FEM-ACC=haver-1-PL comprar-PART.PASS-SG-FEM
'Nós a compramos'

(28) a) Tu hai fatto i lavori
2-SG haver-2-SG fazer-PART.PASS ART-DEF-MASC-PL trabalhos-MASC-PL-ACC
'você fez os trabalhos'

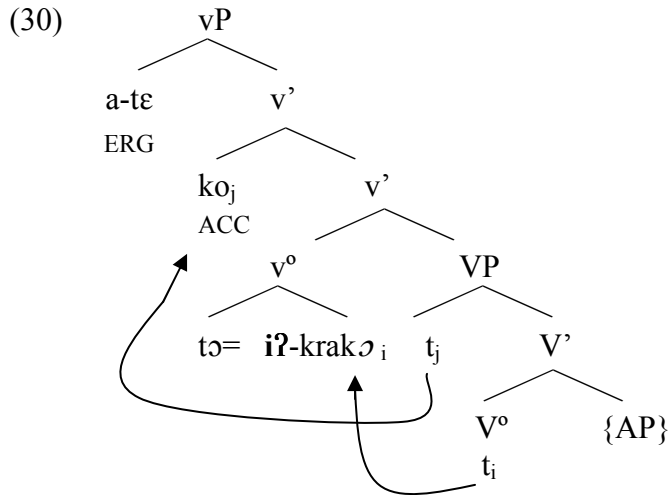
b) Tu li hai fatti.
 2-SG CL-PL-MASC-ACC=haver fazer-PART.PASS-PL-MASC
 ‘você os fez.’

No Apãniekrá, diferentemente das línguas românicas acima referidas, a nossa proposta é de que o DP objeto não recebe Caso acusativo (absolutivo)⁴³ *in situ*, situação que o obriga a se mover para a posição de especificador de vP para checar Caso. Este fenômeno faz emergir a ordem SOV, predominante nessas línguas, e o aparecimento da cópia dos traços do objeto, movido da posição em que é gerado. Retomemos a análise da seguinte oração causativa:

(29) *a-tɛ* *ko* *tɔ=* *iʔ-krakɔ*
 2-ERG água CAUS= 3-estar quente
 “você esquentou a água”

Neste exemplo podemos claramente observar que o morfema *iʔ* aparece prefixado à matriz fonológica do verbo lexical, quebrando, portanto, a adjacência com o verbo leve. Vejamos a representação formal da referida construção:

⁴³ Nossa intuição é de que no Timbira o Caso absolutivo corresponda a Caso acusativo, no entanto essa discussão não será abordada nessa oportunidade, devendo ser objeto de análise em outros trabalhos.



À luz da teoria desenvolvida por Hale & Keyser (2003), o fato de um morfema de concordância intervir entre a matriz fonológica do verbo causativo e do verbo lexical é fato que causa certa perplexidade. Isso porque, sendo o processo de *conflation* concomitante à operação *Merge*, nada deveria interferir entre o núcleo afixal v° e a matriz fonológica de V° a ser transferida.

Uma explicação possível para as construções causativas do Apãniekrá seria considerar que os morfemas *iʔ-* e *h-* já são parte da matriz fonológica de V° , sendo transferidos no processo de *conflation*. Dados do Apãniekrá, porém, contradizem este raciocínio evidenciando que os referidos morfemas surgem somente após a derivação causativa, conforme se vê pelos exemplos a seguir:

- (31) *ko kakrɔ*
 água estar quente
 “a água está quente”
- (32) *a-tɛ ko tɔ= iʔ-krakɔ*
 2-ERG água CAUS= 3-estar quente
 “você esquentou a água”
- (33) *hĩ tʃ-ɜr*
 Carne PR-estar cozinhando
 “a carne cozinhou”
- (34) *a-tɛ hĩ tɔ= h-ɜr*
 você-ERG carne CAUS= 3-estar cozida
 “você cozinhou a carne”

[Alves (2004, p. 73 e 74)]

Outra forte evidência de que o processo de *conflation* não parece suficiente para explicar a causativização em línguas Jê vem da língua timbira falada pelos Krikati. Nessa língua, nas construções causativas o objeto é que aparece entre o verbo causativo (*to=*) e o verbo lexical:

- (35) *ej-te to= ku-kakro*
 1-ERG CAUS=água-estar.quente
 ‘eu esquentei a água’
- (36) *ej-te to= ku j akrɔ*
 1-ERG CAUS=água-PR estar.frio
 ‘eu esfriei a água’

[Alves (2004, p.74)]

Ademais, quando o objeto é deslocado, o sentido da oração se altera, situação sintática que também faz emergir os prefixos de terceira pessoa *eʔ* e

h. Vejamos:

(37) *ej-te ku to eʔ-kakro.*
1-ERG água INS 3- estar.quente
'eu esquentei alguma coisa dentro da água'

(38) *ej-te ku to h-akrə*
1-ERG água INS 3-estar.frio
'eu esfriei alguma coisa na água'

[Alves (2004, p. 75)]

Como podemos observar, as construções causativas acima examinadas desafiam a teoria de *conflation*, que não se mostra satisfatória para explicar o processo de causativização em certas línguas Jê. O surgimento dos morfemas *iʔ(eʔ)* e *h-*, após a derivação causativa, é um fato curioso, que embora obste a plena aplicação da teoria de *conflation*, deixa margem para algumas intuições sintáticas interessantes. É isso que pretendemos discutir na próxima seção.

4.2.2 Uma hipótese sobre o estatuto dos morfemas - *iʔ(eʔ)* e *h-*

Os dados do Apãniekrá e Krikatí nos revelam um fenômeno bastante inusitado: o surgimento, após derivação causativa, dos morfemas *iʔ(eʔ)* e *h-* prefixados à matriz fonológica de V°. Vejamos novamente as construções abaixo:

- (39) *ko kakrɔ*
 água estar quente
 “a água está quente”
- (40) *a-tɛ ko tɔ= iʔ-krakɔ*
 2-ERG água CAUS= 3-estar quente
 “você esquentou a água”
- (41) *hĩ tʃ-ɜr*
 Carne PR-estar cozinhando
 “a carne cozinhou”
- (42) *a-tɛ hĩ tɔ= h-ɜr*
 você-ERG carne CAUS= 3-estar cozida
 “você cozinhou a carne”

[Alves (2004, p. 73 e 74)]

Conforme destacamos na seção anterior, em Apãniekrá o morfema causativo *tɔ=* corresponde ao núcleo de v^0 , responsável por valorar o Caso absolutivo (acusativo) do objeto. Este argumento, gerado em posição de SPEC-VP, deve se mover para uma posição derivada SPEC-vP, para que seus traços de Caso sejam checados. Isso significa que, nessas línguas, há um deslocamento do objeto de sua posição canônica para SPEC-vP.

Embora o objeto se mova para valorar Caso, entendemos que o surgimento dos morfemas *iʔ(eʔ)* e *h-* não é produto do mecanismo de valoração de caso estrutural, mas apenas traços do objeto movido que são deixados para trás. Mais precisamente, nossa proposta é a de que estes

morfemas representem traços-*phi* deixados pelo objeto, em consequência de seu deslocamento para fora de VP. Uma evidência a favor desta análise emerge a partir do que ocorre no italiano e francês em construções no tempo passado composto. Como mencionamos, nestas orações, o objeto cliticizado aparece à esquerda do verbo auxiliar, motivando o aparecimento de morfemas de gênero e número no verbo principal (verbo no particípio passado). O mais interessante é que, no francês, a concordância do objeto com o verbo no particípio também ocorre quando o objeto não é um clítico, mas um lexema pleno. Assim, se o objeto aparecer à esquerda do verbo auxiliar, deslocado, pois, em relação à posição em que é gerado, verifica-se a realização dos traços de gênero e número do objeto no verbo que está no particípio passado. Vejamos os seguintes exemplos:

- (43) *Quelle erreur a-t-il faite?*
 DEM-FEM-SG erro-FEM-SG haver-3-SG=PR=PRON-3-SG fazer- P.PASS.FEM.SG
 ‘Aquele erro, ele cometeu?’
- (44) *La femme que les témoins ont décrite ...*
 A mulher-FEM-SG que as testemunhas haver-3-PL descrever-P.PASS-EM-SG
 “A mulher que as testemunhas descreveram...”

Em ambos os exemplos acima, observamos que o objeto é deslocado da sua posição de base, em que recebe papel temático. O mais interessante, porém, é que este movimento não é motivado pela necessidade de valoração do Caso do objeto, eis que, como é cediço, o Caso acusativo em línguas românicas

é valorado por v° *in situ*. Em sendo assim, a realização dos traços de gênero e número do objeto com o verbo no particípio passado não pode ser tratado como um reflexo da valoração de Caso, mas apenas como traços deixados pelo objeto quando este se move para fora do VP.

Nossa hipótese, portanto, para explicar o aparecimento dos morfemas *iʔ(eʔ)* e *h-*, em Apãniekrá e Krikatí quando da derivação causativa, é que estes prefixos são apenas traços-*phi* deixados como vestígios do objeto, em virtude de seu movimento para SPEC-vP. O engatilhamento dos traços-*phi* no verbo ocorreria concomitante à operação *Merge* do objeto em SPEC-vP, situação que não é observada quando o objeto não se move, ou seja, quando vP não é projetado na sintaxe, conforme exemplo repetido abaixo:

(45) VP NÃO PROJETADO: NÃO HÁ DESLOCAMENTO DO OBJETO:

<i>hĩ</i>	<i>tʃ-ʔr</i>
Carne	PR-estar cozinhando
“a carne cozinhou”	

(46) VP É PROJETADO: DESLOCAMENTO DO OBJETO E APARECIMENTO DO MORFEMA *h-*:

<i>a-tɛ</i>	<i>hĩ</i>	<i>tɔ=</i>	<i>h-ʔr</i>
você-ERG	carne	CAUS=	3-estar cozida
“você cozinhou a carne”			

O mais curioso é que os morfemas são realizados justamente no ponto em que o objeto é gerado, ou seja, em SPEC-VP, o que explica o fato de ocorrerem prefixados ao verbo lexical.

Em suma, se o aparecimento dos morfemas *iʔ(eʔ)* e *h-* nas línguas Jê analisadas é um fenômeno paralelo à concordância do objeto no francês e no italiano e se, conforme propusemos, em ambas as línguas este fenômeno reflete apenas o deslocamento do objeto para uma posição derivada, a significativa conclusão a que chegamos é que nem sempre a concordância ou o compartilhamento de traços-*phi* estão associados à valoração de Caso.

Passemos, então, ao capítulo 5, no qual pretendemos descrever o estatuto da posposição ergativa *tɛ* nas línguas Jê, bem como delinear os mecanismos de valoração de Caso e de atribuição de papel temático ao argumento complemento desta posposição.

CAPÍTULO 5: ESTATUTO DO CASO ERGATIVO EM LÍNGUAS JÊ

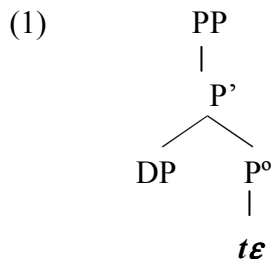
Conforme discussão teórica apresentada **no capítulo 2**, o Caso estrutural se difere do Caso inerente por não ter conexão direta com a atribuição de papel temático e por envolver uma operação sintática AGREE entre um núcleo funcional da sentença e um DP que esteja em seu domínio de checagem. O Caso inerente, por sua vez, tem íntima correlação com determinadas posições *theta* podendo cobrir dois Casos: o dativo e o ergativo. Nosso objetivo neste capítulo será determinar se, em determinadas línguas Jê, o Caso marcado pela posposição ergativa ***te*** corresponde a Caso Inerente ou a Caso estrutural.

O capítulo está organizado da seguinte maneira: na seção 5.1 assumimos que ***te*** é uma posposição e apresentamos as evidências que sustentam nossa hipótese. Na seção 5.2, discutimos o sistema de valoração do Caso ergativo nas línguas Jê analisadas, examinando, primordialmente, a participação da posposição ***te*** no fenômeno. Por fim, na seção 5.3 trataremos do mecanismo utilizado pelas línguas analisadas para valorar o papel temático do argumento complemento de ***te***.

5.1 A PARTÍCULA *tɛ* COMO POSPOSIÇÃO

Conforme já sinalizamos, assumiremos que a marca de Caso ergativo *tɛ* em línguas Jê⁴⁴ corresponde a uma **posposição**⁴⁵. Mais precisamente, *tɛ* deve ser interpretada teoricamente como uma posposição de natureza funcional, cujo papel é promover a valoração de Caso de argumentos externos de verbos ativos.

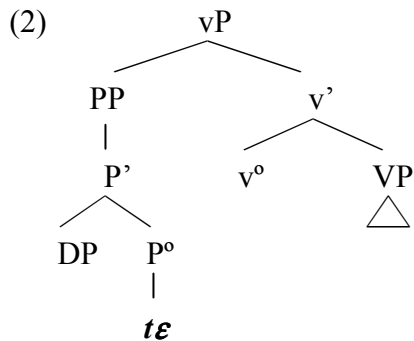
Segundo nossa proposta a posposição *tɛ* encabeçaria um núcleo P^o capaz de valorar o Caso do DP que ocupa a posição de seu complemento, conforme demonstra a configuração a seguir:



⁴⁴ Conforme ALVES, 2004, p.86: “posposições são palavras que indicam a função sintática e semântica do SN ao qual ele pertence. Pela co-relação que existe entre a ordem de constituintes e ocorrência das adposições na língua, esses marcadores de caso, como núcleos, ocorrem no final do sintagma posposicional (SP). Os nomes, que podem vir modificados por seus adjuntos, ocorrem na posição inicial do SP. Segundo a autora as principais posposições na língua Apãniekrá são: *tɛ* ergativo; *mã* dativo ou benefactivo; *pe* malefactivo; *tɛ* genitivo; *kot* comitativo, *tɔ* instrumental; *kãm* locativo; *ri* locativo; *pe* locativo; *pĩn* essivo, *wər* direcional (em movimento).

⁴⁵ BARCELOS SILVA, 2009 e DUARTE; BARCELOS SILVA, 2010, em fase de pré-publicação

De acordo com nossa hipótese, o PP encabeçado por essa posposição é juntado na posição de Spec-vP, de modo a atender as propriedades seletivas do núcleo v^0 . É o que observamos a seguir:



Evidências de que *tE* é mesmo um núcleo posposicional são obtidas através da análise de dados do Apãniekrá, do Apinajé e do Maxacalí.

Em Apãniekrá, por exemplo, a partícula *tE*, além de marcar o Caso ergativo, figura também em construções genitivas, como núcleo de um sintagma posposicional, para sinalizar o material com que um item especificado é feito. Vejamos os exemplos a seguir:

(3) *Karēk tE pririr*
 Argila GEN animal
 ‘animal de argila’

(4) *Ken tE wakə*
 Pedra GEN faca
 ‘faca de pedra’

- (5) *pur ita i-tôj tɛ kje*
 Roça DEM 1-irmã GEN POSS
 ‘esta roça é da minha irmã’

[Alves (2004, p. 87 e 155)]

Além disso, verificamos que a marca *tɛ* apresenta uma concordância pronominal idêntica à das demais posposições dessa língua. Segundo Alves (2004), os pronomes prefixais aparecem em Apãniekrá junto a um núcleo lexical seja ele um nome, um verbo ou uma posposição. Assim sendo, os pronomes prefixais figuram como possessivos ou sujeitos de predicado nominal, como sujeitos de verbos (intransitivos) no passado simples ou objeto de verbos transitivos e como **objetos de posposições**. A seguir o quadro com a classificação dos pronomes prefixais na língua:

Tabela 1:

Classificação dos pronomes prefixais em Apãniekrá

Fonte: Alves (2004, p. 83)

1 inclusivo dual	pa (ʔ)-
1 inclusivo plural	mẽ=pa (ʔ)
1 singular	i-
1 exclusivo plural	mẽ=i-
2 singular	a-
2 plural	mẽ=a-
3 singular	i(ʔ)-/ h-/ ku-/ ∅
3 plural	mẽ=i(ʔ)-/mẽ=h-/ mẽ=ku-/ mẽ=∅

Nas orações abaixo podemos observar os pronomes prefixais acima co-ocorrendo com a partícula *tɛ*:

- (6) *i-tɛ amjĩ tɛ kwĩn*
 1-ERG RFL perna quebrar
 ‘eu quebrei a perna’
- (7) *mẽ= paʔ-tɛ ajpen pupun*
 PL= 1-INCL-ERG RCP ver
 ‘nós nos vimos (eu vi você e você me viu)’
- (8) *a-tɛ ken kapon*
 2-ERG pedra partir
 ‘você partiu a pedra’
- (9) *ku-tɛ kruw kwĩn*
 3-ERG flecha quebrar
 ‘ele quebrou a flecha’

[Alves (2004, p. 60,70, 71 e 113)]

Em Apinajé verificamos situação semelhante. Nesta língua as marcas do Caso ergativo são as partículas *tɛ* e *kɔ*. Segundo Oliveira (2005) tais morfemas introduzem a oração ergativa, que aparece, principalmente, em contextos de subordinação. De acordo com a autora, *tɛ* acompanha sujeitos agentes e recebe marca de pessoa. A partícula *kɔ*, por sua vez, é usada apenas na terceira pessoa e não recebe flexões pessoais. Uma forte evidência, a favor da hipótese de que *tɛ* represente um núcleo posposicional é a ocorrência de prefixos pessoais junto a essa posição. Em consonância com Oliveira

(2005), em Apinajé as categorias de pessoa são expressas por praticamente o mesmo conjunto de prefixos em três categorias lexicais, a saber: verbos, nomes e posposições. Em vista disso, a autora elabora a seguinte tabela elencando os prefixos pessoais que sempre acompanham as **posposições**:

Tabela 2:

Prefixos pessoais em posposições no Apinajé

Fonte: Oliveira (2005, p. 180)

i(c) -	'1'
a-	'2'
∅ -	'3'
ku-	'3'

Os dados do Apinajé demonstram que a marca ergativa **tɛ** pode ocorrer com os mesmos prefixos de 1ª e 2ª pessoas que acompanham as demais posposições. Ademais, em análise à marca ergativa **kɔ**, Oliveira (2005) afirma que o prefixo **ku-** de terceira pessoa pode ter participado do desenvolvimento dessa forma supletiva do ergativo. Segundo a autora, a forma originária de **kɔ** seria **ku-tɛ**, e com a frequência do uso, as vogais envolvidas na forma **ku-tɛ** teriam passado por mudanças fonológicas dando origem à forma monossilábica **kɔ**. Oliveira (2005) estende o mesmo raciocínio para duas outras posposições do Apinajé que também acionam formas supletivas de terceira pessoa – **kəm** e - **kəp**, conforme esquema a seguir:

- (10)
- | | | | | | |
|----------------|---|--------------|---|------------|---------|
| * <i>ku-mǝ</i> | > | <i>ke-mǝ</i> | > | <i>kəm</i> | ‘3.DAT’ |
| * <i>ku-pe</i> | > | <i>ke-pe</i> | > | <i>kep</i> | ‘3.DTR’ |
| * <i>ku-tɛ</i> | > | <i>kɔ-tɛ</i> | > | <i>kɔt</i> | ‘3.ERG’ |

[Oliveira (2005, p. 299)]

Ora, se *tɛ* pode vir com os prefixos pessoais próprios das posposições e se, em Apinajé, apenas as categorias lexicais **nomes**, **verbos** e **posposições** podem ser codificadas por prefixos pessoais, há que se concluir que *tɛ*, e conseqüentemente, a forma supletiva de terceira pessoa *kɔt* possuem ‘status’ de posposições nessa língua. Nos exemplos abaixo, podemos observar os prefixos pessoais e a marca *kɔt* em construções ergativas:

- (11) *ic-tɛ* *a-bar* *ket*
 1-ERG2-understand NEG
 ‘I cannot understand you’
- (12) [*a-tɛ* *ijɲ-mə* *me=kədəɛčə* *ɲ-ðr* *čwəɲ* *ja*]_{np}
 2-ERG 1-DAT INDF=counterpart RP-give.NF NMLZ.A DEF.ART
- na* *ra* *∅* *ɔmduju*
 RLS ASP 3 3.bad
 ‘This medication you gave me is already expired’
- (13) *ijɲ-mǝ* [*me* *karð* *kɔt* *i-ɲ-irǝ* *ja*] *p-uba*
 1-DAT INDF soul 3.erg 1-RP-watch DEF.ART RP-fear
 ‘I’m afraid that spirits might spook me’

- (14) *ij-mə̃ [kɔt [ij-go j-apeə] ja] prəm*
 i-DAT 3.ERG 1-lice RP-search DEF.ART enjoy
 ‘I enjoy her taking out my lice’

[Oliveira (2005, p. 237, 278, 280, 284)]

Outra forte evidência a favor da hipótese de que a marca de Caso ergativo *te* é uma posposição nas línguas Jê é a análise de Campos (2009, p. 253-255) para as construções passivas em Maxacalí. Observemos os seguintes exemplos arrolados pelo autor:

VOZ ATIVA

- (15) a) *Kakxop -te okoat kôyôy*
 [kak¹tʃuxp¹ tæʔ ʔoku'aʒt¹ ku'nũjɲ]
 Menino ERG copo quebrar
 ‘O menino quebrou o copo’

VOZ PASSIVA

- b) *Okoat ũ-kôyôy kakxop -te*
 [oku'aʒt¹ ʔũku'nũjɲ kak¹tʃuxp¹tæʔ]
 Copo ele INAT- quebrar menino ERG
 ‘O copo foi quebrado pelo menino’

VOZ ATIVA

- (16) a) *Āmu'u -te mĩmxux pop-môg*
 [ʔbu'ʔu 'tæʔ mĩx̃m¹tʃij poxp¹mõŋ]
 Vento ERG árvore folha pegar ir PL
 ‘O vento levou as folhas’

VOZ PASSIVA

b)	<i>Mĩmxux</i>	<i>ũ-</i>	<i>pop-mõg</i>	<i>ãmu'u</i>	<i>-te</i>
	[mĩx̃m'tʃij]	ʔũ	poɣp ¹ mõŋ	ʔãbu ¹ ʔu	'tɛʔ]
	árvore folha	ele INAT	pegar ir PL	vento	ERG

‘As folhas foram levadas pelo vento’

[Campos (2009, p. 253-254)]

Campos (2009) afirma que a ocorrência de uma adposição junto a DPs agentes em passivas é recorrente nas línguas, o que leva a crer que a partícula ergativa *-te* em Maxacalí se comportaria como uma posposição em (15b) e (16b). Além disso, pesaria a favor da hipótese o fato de *te* poder ser substituído pela posposição *tu* (que significa ‘por’) nas sentenças passivas, vejamos:

VOZ ATIVA

(17)	a)	<i>‘Ũn</i>	<i>-te</i>	<i>tutpe</i>	<i>mĩy</i>
		[ʔũx̃n	'tɛʔ	tuɣh ¹ pɛʔ	mĩjɲ]
		mulher FR	ERG	rede	fazer
		‘A mulher fez uma rede’			

VOZ PASSIVA COM *TE*

b)	<i>Tutpe</i>	<i>‘ũ-mĩy</i>	<i>ũn</i>	<i>-te</i>
	[tuɣh ¹ pɛʔ	ũ ¹ -mĩjɲ	ʔũx̃n	'tɛʔ]
	Rede	ele INAT-fazer	mulher FR	ERG
	‘A rede foi feita pela mulher’			

VOZ PASSIVA COM TU

c)	<i>Tutpe</i>	<i>'ũ-mĩy</i>	<i>ũn-</i>	<i>tu</i>
	[tuʒh'peʔ	ũ'-mĩjn	ʔũʒn ']	tuʔ]
	Rede	ele INAT fazer	mulher FR	por
	'A rede foi feita pela mulher'			

VOZ ATIVA

(18)	a)	<i>Tappet-mĩy-ax-</i>	<i>te</i>	<i>tappet</i>	<i>kax-ãmix</i>
		[taʒp'peʒt' mĩjn'aj	'teʔ	taʒp'peʒt'	kajã'bij]
		Papel fazer -NOML	ERG	papel	som rabiscar
		'O aluno escreveu/rabiscou (n)o papel'			

VOZ PASSIVA COM TE

b)	<i>Tappet</i>	<i>'ũ-kax-ãmix</i>	<i>tappet-mĩy-ax -</i>	<i>te</i>
	[taʒp'peʒt'	ʔũkajã'bij	taʒp'peʒt' mĩjn'-aj	'teʔ]
	Papel	ele INAT-rabiscar	papel fazer-NOML	ERG
	'O papel foi escrito/rabiscado pelo aluno'			

VOZ PASSIVA COM TU

c)	<i>Tappet</i>	<i>'ũ-kax-ãmix</i>	<i>tappet-mĩy-ax -</i>	<i>tu</i>
	[taʒp'peʒt'	ʔũkajã'bij	taʒp'peʒt' mĩjn'aj	'tuʔ]
	Papel	ele INAT-rabiscar	papel fazer-NOML	ERG
	'O papel foi escrito/rabiscado pelo aluno'			

[Campos (2009, p. 254)]

Nas sentenças acima, vemos que *te* é cambiável com a posposição *tu* sem que haja qualquer mudança no sentido da sentença. Em sendo assim, os dados do Maxacalí vêm corroborar a hipótese de que a marca de Caso ergativo *te* é uma posposição em línguas Jê.

5.2 A VALORAÇÃO DO CASO ERGATIVO

Conforme já visto, um dos diagnósticos utilizados por aqueles que consideram o Caso ergativo como Caso inerente é sua ocorrência em construções onde T° é inerte/não-finito, principalmente em orações encaixadas/nominalizadas⁴⁶. Segundo essa análise, o Caso nominativo está diretamente relacionado à finitude da sentença. Nas construções finitas, o núcleo T° atua como uma sonda⁴⁷ buscando um DP (alvo) dentro de seu domínio de checagem, de modo a poder valorar o Caso nominativo numa relação de c-comando. Em vista disso, assumem alguns teóricos que nas línguas ergativas, nos contextos de sentenças transitivas onde o núcleo T° é defectivo [-finito] e não entra na derivação com Caso a valorar, o argumento externo recebe Caso inerente.

Neste aspecto, as línguas Jê se comportam de maneira bastante interessante. Em análise aos dados de orações transitivas no passado recente em Apãniekrá e de orações subordinadas (nominalizadas) em Apinajé e Xavante, observamos a ocorrência da posposição *te* junto aos argumentos externos nos contextos em que T° é não-finito, e, portanto, inapto a valorar Caso nominativo.

⁴⁶ LEGATE, 2006.

⁴⁷ CHOMSKY, 2005

Nossa hipótese para tal fenômeno⁴⁸ é a de que o núcleo posposicional *te* deve ser inserido na derivação, como uma operação de último recurso, a fim de valorar o Caso dos argumentos sujeitos, preservando, por conseguinte, o Filtro de Caso, que prediz que todo D/NP estruturalmente realizado deve receber Caso.

A inserção de uma adposição (i.e., uma preposição ou uma posposição), como uma operação de último recurso para permitir valoração de Caso não é um fenômeno raro nas línguas, podendo ser observado, inclusive, no português brasileiro (PB). Tomemos como exemplo as seguintes construções do PB chamadas de causativas não-analíticas e que se caracterizam por denotar dupla-causação:

(19) Luma fez sua fantasia **com** as costureiras da escola de samba

(20) João consertou seu carro **com** mecânico

Nos exemplos acima, vemos que ambas as orações possuem dois argumentos com as propriedades semânticas {desacandeador/controlador}: o DP “Luma” e o DP “costureiras da escola de samba”, no exemplo (19), e o DP “João” e o DP “mecânico”, no exemplo (20). Os dados sugerem que, nessas estruturas, embora haja três argumentos para receber Caso estrutural, existem apenas dois núcleos disponíveis a valorar Caso abstrato, a saber: o núcleo T^o e o

⁴⁸ BARCELOS SILVA, 2009 e DUARTE; BARCELOS SILVA, 2010, em fase de pré-publicação

núcleo v^0 . Nesse sentido, nossa proposta é a de que, na sentença (19), o argumento “Luma” e na sentença (20) o argumento “João”, que carregam as propriedades semânticas {desencadeador/controle,não-afetado}, recebem Caso nominativo do núcleo T^0 e os argumento internos recebem Caso acusativo do núcleo v^0 . Como não há mais núcleos funcionais disponíveis para valorar o Caso abstrato do terceiro argumento, representado pelos DPs “costureiras da escola de samba” em (19) e “mecânico” em (20), uma operação de último recurso deve ser acionada para evitar que esse DP fira o Filtro de Caso e fique sem receber Caso. A sintaxe do PB soluciona esse problema por meio da inserção da preposição “com” para valorar o Caso oblíquo do terceiro argumento das sentenças em (19) e (20).

Em análise aos dados das línguas Jê, verificamos exatamente o mesmo fenômeno: a posposição *tɛ* deve ser inserida para valorar o Caso dos sujeitos de verbos transitivos (particularmente aqueles que denotam ação) nas construções em que o núcleo T^0 é defectivo. Nestas construções, o argumento objeto tem seu Caso absoluto (acusativo) valorado por v^0 , enquanto o argumento sujeito tem seu Caso valorado por *tɛ*.

No sistema ergativo/absolutivo do Apãniekrá, por exemplo, a ausência de partículas de tempo e, especialmente, a alteração da morfologia

verbal para a forma não-finita evidenciam que o núcleo T° é defectivo.

Observemos os pares de sentença abaixo:

FORMA FINITA

- (21) a) *wa* *ha* *tf-war*
 1 IRR PR-banhar
 ‘eu vou banhar’

FORMA NÃO-FINITA

- b) *i-tf-wər*
 1-PR-banhar
 ‘eu banhei’ (passado simples)

FORMA FINITA

- (22) a) *wa* *ha* *apɜ*
 1 IRR comer
 ‘eu vou comer’

FORMA NÃO-FINITA

- b) *h-ɜpɜn*
 3-comer
 ‘ele comeu’ (passado simples)

FORMA FINITA

- (23) a) *pe* *rɔp* *i-tʃu*
 PD cachorro 1-morder
 ‘o cachorro me mordeu’ (quando eu era pequena – passado
distante)

FORMA NÃO-FINITA

- b) *rɔp* *tɛ* *i-tʃar*
Cachorro ERG 1-morder
‘o cachorro me mordeu (há pouco tempo – passado simples)

[Alves (2004, p. 65 a 68)]

Em análise às construções finitas e não-finitas acima, notamos, além da alteração no que tange à morfologia verbal, diferenças no que diz respeito à escolha dos pronomes sujeitos e à presença/ausência de partículas que denotam aspecto ou tempo. Destarte, concluímos que, em Apãniekrá, o exemplo (22a) corresponde à uma sentença finita não apenas pela morfologia verbal, mas pela escolha do sujeito - um pronome de forma livre, relativo à forma nominativa da primeira pessoa do singular - e também pela presença da partícula aspectual *ha*. Em (22b), no entanto, verificamos que o sujeito é um pronome de forma presa, característico dos objetos (forma acusativa) no tempo não-passado, e dos sujeitos de intransitivo no tempo passado simples, inexistindo qualquer partícula indicativa de aspecto ou tempo. Nossa proposta é que nas construções não-finitas como (22b) o núcleo v° valoriza o Caso do sujeito uma vez que o núcleo T° é não-finito, e, portanto, inapto a valorar Caso nominativo.

Em exame à construção transitiva em (23a) verificamos que, além da forma verbal, a presença da partícula de tempo *pe* deixa bastante evidente que se trata de uma construção finita. Em sendo assim, T° encontra-se ativado e

apto a valorar o Caso nominativo do sujeito *rɔp*. O objeto, representado pela forma pronominal presa *-i*, recebe, por sua vez, Caso acusativo do núcleo v°. Em análise à construção não-finita em (23b), observamos que núcleo v° descarrega o Caso acusativo no objeto *-i*, contudo, sendo T° defectivo, uma operação de último recurso deve ocorrer para valorar o Caso do argumento sujeito *rɔp*. Em obediência, pois, ao Filtro de Caso, a posposição *tɛ* é inserida encliticamente ao sujeito *rɔp*.

Em Xavante e Apinajé verificamos que o Caso nominativo não é licenciado a sujeitos de verbos transitivos em orações nominalizadas. Neste contexto, ao revés, emerge o Caso ergativo. Vejamos os exemplos.

XAVANTE

- (24) *ʔwa te ʔ-bãdzã-ɾĩ tsi ʔdödõ hã*
 1 ERG 3-fazer-NZR cesto ENF
 “Foi feito por nós dois, o cesto”.

[McLeod e Mitchell (1977, p. 160)]

APINAJÉ

- (25) *ijp-mə [relat kɔt ijp-go j-apeə ja] prəm*
 I-DAT 3-ERG my-lice ACC-search DEF-art enjoy
 “I enjoy her taking out my lice”

- (26) *na pa ra [ic-tɛ bi ja ta] katfɪw*
 RLS I ASP I-ERG man DEF hit-NF about to
 “I am about to hit this guy”.

[Oliveira, (2002, p. 280-290)]

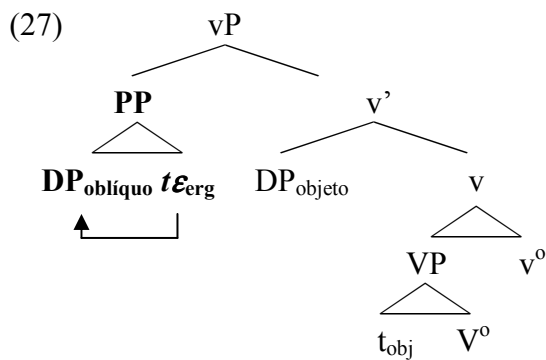
Os dados do Xavante e do Apinajé são bastante interessantes, porque demonstram que o surgimento do Caso ergativo está diretamente conectado ao fato de as orações nominalizadas serem um tipo de “big DP”, em que o núcleo T⁰ não está apto a valorar o Caso nominativo. Nossa hipótese fica ainda mais evidente, porque, nessas construções, não se constata a presença de morfemas das referidas línguas que costumam ocorrer no domínio C/TP, como a partícula de aspecto *ra* que aparece na oração principal do exemplo (26).

Os dados do Xavante e Apinajé, portanto, corroboram a análise até aqui desenvolvida e demonstram o acionamento da posposição *te* quando o núcleo T⁰ é defectivo.

Tomando por base os dados examinados até aqui, proporemos que o Caso ergativo nas línguas Jê analisadas não será inerentemente atribuído conforme prediz Woolford (1997, 2006), mas corresponde a Caso estruturalmente valorado pela posposição *te*. Dessa maneira, o que a literatura sobre ergatividade em línguas Jê denomina como sendo Caso ergativo corresponde, ao final das contas, a Caso oblíquo valorado estruturalmente por uma posposição funcional. Dessa maneira, em contextos de sentenças transitivas no passado recente, como se dá no Apãniekrá e em orações subordinadas não-finitas como no Xavante e Apinajé, entendemos que o núcleo

T° é defeutivo, sendo, portanto, inapto a buscar um DP alvo para valorar Caso nominativo.

Em vista dos dados das línguas Jê examinadas, propomos que, um núcleo posposicional deve ser introduzido na derivação para permitir a valoração do Caso dos argumentos externos dos verbos de ação. Isso significa que o DP agente, possível candidato a receber o Caso nominativo, receberá, na verdade, Caso estrutural da posposição *tɛ*. Esse Caso equivale ao Caso oblíquo, conforme mostra a configuração sintática a seguir:



Em suma, a partir do que foi postulado, assumiremos que Caso ergativo em línguas Jê não será exatamente Caso inerente. Ao contrário, corresponderá a Caso oblíquo, valorado estruturalmente numa relação de irmandade e de localidade entre a posposição *tɛ* e o DP que ocupa a posição de sujeito da sentença transitiva.

Nossa hipótese, portanto, é que o Caso Ergativo nas línguas Jê analisadas equivale a Caso oblíquo valorado pela posposição *tɛ*.

Resta-nos, porém, analisar como fica a atribuição de papel temático aos argumentos complementos da *tɛ*. A próxima seção busca detalhar nossa proposta a esse respeito.

5.3. O MECANISMO DE ATRIBUIÇÃO DE PAPEL TEMÁTICO AO ARGUMENTO COMPLEMENTO DE *Tɛ*

A questão que se coloca é saber exatamente se a posposição *tɛ* contribui ou não para a atribuição do papel temático dos DPs com os quais co-ocorre. Para tanto, tomemos como exemplo a seguinte oração do Apãniekrá:

- (28) *kuk^h ɛn tɛ* *ampɔfo* \emptyset *k^h rɛr*
 Cotia ERG fruta ABS comer
 “a cotia comeu a fruta”

Observamos que a posição de sujeito nesta oração é ocupada pelo PP *kuk^h ɛn tɛ*. Contudo, apesar de este sintagma ser o complemento da posposição *tɛ*, o papel temático não será por ela atribuído. Em análise à sentença verificamos que o DP *kuk^h ɛn* é o agente da ação denotada pelo verbo comer *k^h rɛr*, apresentando as propriedades semânticas {desencadeador/controlado/não-afetado}. Assumiremos que o DP *kuk^h ɛn* é, por

consequente, um argumento acarretado semanticamente pelo verbo *k^hrɛr* “comer”, fazendo parte de sua estrutura argumental, e não da estrutura argumental da posposição *tɛ*, visto ser esta posposição um núcleo de caráter funcional engatilhada nesses contextos para valorar o Caso do argumento externo.

Acompanhado proposta de Cançado (2009, p. 13), admitiremos que:

os argumentos de um predicador, no caso mais específico, de um verbo, são todas as informações de sentido, ou propriedades semânticas, acarretadas lexicalmente por esse verbo para que seu sentido se sature.

Verificamos que, em termos de estrutura argumental, as orações transitivas de ação acarretam lexicalmente um argumento agente, ou melhor, um argumento desencadeador com controle, que realiza a ação denotada pelo verbo. No caso do Apãniekra, vimos que este argumento será sempre seguido pela posposição *tɛ*.

Em vista disso, apesar de o argumento desencadeador com controle se situar na posição de complemento da posposição *tɛ*, núcleo do PP selecionado pela estrutura vP, tal argumento, na verdade, **não** é acarretado semanticamente pela posposição, mas sim pelo verbo.

Cançado (2009, p. 19) analisando argumentos preposicionados em posição de adjunção, mas que são acarretados semanticamente pelo verbo no PB, postula que:

[...]se [...] o complemento da preposição for um argumento do verbo, a preposição que encabeça esse argumento só tem a função sintática de atribuir caso, ou seja, é uma preposição funcional.

A autora ilustra sua hipótese considerando os argumentos do verbo vender, conforme exemplo a seguir:

(29) Os rapazes vendem um carro **para Maria por cem mil reais**.

Segundo Cançado (2009, p. 19), os papéis temáticos de “Maria” como um alvo e de “cem mil reais” como valor do objeto envolvido no processo fazem parte da estrutura argumental do verbo vender. Assim, as preposições que encabeçam este argumento seriam funcionais, não atribuidoras, pois, de papel temático, sendo inseridas na estrutura sintática apenas para permitir a valoração de Caso desses argumentos, já que não há outro núcleo disponível para valorar seu Caso.

Contribui, ainda, com nossa hipótese os estudos de Hale & Keyser (2002) ao examinarem o processo de *conflation*. Os autores salientam que existem evidências de que algumas preposições (ou mesmo a categoria como um todo) ocupam uma posição especial entre os itens lexicais. Eles entendem que as preposições não possuem *p-signature*⁴⁹, portanto, não podem ser objeto

⁴⁹ Segundo HALE & KEYSER, 2003, p. 62, a *p-signature* representa um conjunto de traços fonológicos, possivelmente um conjunto de traços matrizes (“a phonological feature set of some sort, possibly set of matrices features”).

de *conflation* com V^0 , ao menos que adquiram a *p-signature* através de *conflation* com seu complemento. Hale & Keyser (2002) asseveram, portanto, que as preposições, enquanto nós terminais na sintaxe, são fonologicamente indeterminadas. Os autores asseveram que a ausência de *p-signature* é uma característica de categorias funcionais como o tempo (T^0). Essas categorias gramaticais são altamente dependentes do contexto morfológico, por essa razão, as preposições, embora possam ser tratadas como categorias lexicais, compartilhariam características com as categorias funcionais.

Segundo Hale & Keyser (2002), sabe-se que, em algumas línguas, os elementos que mais se aproximam das preposições de Caso do inglês ou das posposições de Caso de línguas de núcleo final, são afixos que exibem uma dependência fonológica característica de certas categorias funcionais, sendo este o motivo pelo qual nunca são tratados como itens lexicais “cheios”. Assim, conforme predizem os autores, as adposições de Caso seriam semanticamente pobres, existindo, portanto, um traço de dependência em sua semântica. Concluem deste modo que, enquanto algumas classes de adposições têm um conteúdo semântico, outras classes (como as adposições de Caso) são semanticamente vazias, refletindo apenas uma simples relação.

Tomando por base essas considerações teóricas, ficamos em condições de postular como se dá a atribuição de papel temático ao DP

complemento da posposição *te*. Nessa linha de raciocínio, assumiremos⁵⁰ que o argumento que apresenta as propriedades de {desencadeador /controle} é acarretado semanticamente pelo verbo, e não pela posposição. Concluimos que tal posposição é, na verdade, apenas de natureza funcional, uma vez que não confere qualquer função semântica a seu complemento. A posposição *te*, segundo esse ponto de vista, deve ser entendida apenas como núcleo de um PP, cujo complemento é argumento de outro predicador. Sua função é, tão somente, a de atribuir Caso a este argumento, e não papel temático. Em vista disso, concluimos que o papel temático de agente {desencadeador/controle} desempenhado pelos DPs complementos da posposição *te*, é atribuído pelo núcleo de vP e não pela posposição cuja função única é atribuir Caso. O fato interessante que difere as línguas Jê analisadas da língua portuguesa é que, naquelas, a adposição figura enclítica a argumentos externos acarretados pelo verbo, enquanto no PB a adposição figura proclítica a argumentos em posição de complemento. Outra característica curiosa da posposição *te* é que, além de licenciar o Caso oblíquo, também demonstra uma conexão direta com o papel temático de desencadeador com controle. Essa relação é tão interessante, que, por exemplo, no Apãniekrá, a posposição *te* não aparecerá nas orações em que

⁵⁰ BARCELOS SILVA, 2009 e DUARTE; BARCELOS SILVA, 2010, em fase de pré-publicação.

o sujeito não é agente, mesmo quando essas orações estiverem no passado simples. Vejamos os exemplos a seguir, em que o sujeito tem a propriedade semântica de ser afetado:

(30) *i-jĩ= kɔt*
 1-PR-carne= engordar
 ‘eu engordei’

(31) *i-jĩ= kutɔr*
 1-PR-carne= emagrecer
 ‘eu emagreci’

[Alves (2004, p. 99 e 100)]

Além disso, se o sujeito recebe do verbo o papel temático de experienciador, o argumento externo será seguido da posposição *mã*. Tal posposição em Apãniekrá tem contexto de ocorrência mais amplo, pois tem conexão direta com os sujeitos que recebem papel temático de experienciador, tanto em orações que apresentam o traço aspectual perfectivo (no tempo passado simples) quanto em orações que carregam traço aspectual imperfectivo, conforme mostram os dados a seguir:

(32) *i-mã h-ũpa*
 1-DAT 3-sentir medo
 ‘eu estou com medo dele’

(33) *Keha i-mã krĩ*
 FUT 1-DAT ter frio
 “eu vou ficar com frio”

(34) *i-mã krĩ*
 1-DAT ter frio
 “eu estou com frio”

- (35) *jɛtkahi mǎ a-k ĩn*
jɛtkahi- DAT tu-sentir alegria
'jɛtkahi gosta de você' [lit: você dá alegria par jɛtkahi]

[Alves (2004, p. 56, 113 e 117)]

Em síntese, esses fatos dão sustentação adicional à nossa hipótese de que (i) a posposição *tɛ* não participa da atribuição de papel temático dos sujeitos das orações e (ii) os argumentos complementos de *tɛ* fazem parte da estrutura argumental dos verbos, embora tenham seu Caso abstrato valorado por essa posposição.

Nossa proposta de que o Caso ergativo nas línguas Jê analisadas corresponde a Caso estrutural valorado pela posposição *tɛ*, ganha força em vista da análise de Butt (2006) sobre o surgimento da ergatividade. Segundo a autora, dois fenômenos têm participação central na origem da ergatividade: a passivização e os possessivos. Com alicerce em autores como Benveniste (1952)⁵¹, Anderson (1977)⁵², Plank (1979)⁵³, Garret (1990)⁵⁴, Dixon (1994)⁵⁵ e

⁵¹ BENVENISTE, E. La construction passive du parfait transitif. *Bullétin de la Société de Linguistique de Paris*. v. 55, 1952.

⁵² ANDERSON, S. R. On mechanisms by which Languages become Ergative. In. *Mechanisms of Language Change*. Austin TX: University of Texas Press. 1977, p. 317-363.

⁵³ PLANK, F. Ergativity, Syntactic Typology and Universal Grammar: some past and present viewpoints. In: *Ergativity: Towards a Theory of Grammatical Relations*. New York: Academic Press, 1979, p. 3-36.

⁵⁴ GARRET, A.. The Origin of NP Split Ergativity. *Language*. v. 66, p. 261-296. 1990.

⁵⁵ DIXON, R.M.W. *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press. 1994.

Harris & Campell (1995)⁵⁶, Butt (2002) salienta que o Caso ergativo teria surgido pela reinterpretação de um participio da passiva como um verbo agentivo, o que, simultaneamente, também teria acarretado a reanálise do argumento agente da passiva (*oblique agent adjunct*) como um sujeito ergativo. De acordo com Butt (2002), podemos ilustrar a idéia básica a respeito da reanálise das passivas com o seguinte exemplo do Sânscrito:

(36)

- a) *ahir-r* *indr-ena* *ha-ta-h*
 Serpent-NOM.SG Indra-INST.SG kill-PTCPL-NOM.SG
 ‘The serpents has been killed by Indra
Actually: The serpent is one killed by Indra

Reanalysed as:

- b) *ahir-r* *indr-ena* *ha-ta-h*
 serpent-NOM.SG Indra-ERG.SG kill-past
 ‘Indra has killed the serpent’

[Butt (2002, p. 180)]

A partir do exemplo (36a) observamos que a passiva em Sânscrito é formada pelo morfema *-ta*, que o argumento paciente recebe Caso nominativo e que o argumento agente é interpretado como um instrumental (Caso oblíquo). Ao longo do tempo, entretanto, essa construção foi reanalisada como uma construção ativa, e o argumento agente, anteriormente considerado um

⁵⁶ HARRIS. A; CAMPBELL. L. *Historical Syntax in Cross-Linguistic Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press. 1995

instrumental, passa a ser interpretado como sujeito ergativo, é o que mostra a construção em (36b).

De acordo com Butt (2002), a reanálise no que diz respeito aos possessivos teria ocorrido de forma similar. No intuito de demonstrar seus argumentos, a autora apresenta os seguintes exemplos do Persa antigo:

(37) a) *ima tya mana kartam*
 That which 1.SG.GEN do.PTCPL

pasava yaθa xsayaθiya abavam
 after when king become.Past.1.SG
 ‘This (is) that (which) was done by me after I became a King’
Reanalysed as: ‘I did that after I became a king’

b) *avaθ=sam hamaranam kartam*
 thus=3.PL.ERG battle do.PTCPL
 ‘Thus by them was done’
Reanalysed as: ‘Thus they did battle’

[Butt(2002, p. 181)]

Em análise aos dados, a autora afirma que o argumento agente em (37a), novamente realizado como um oblíquo (dessa vez, no entanto, como um genitivo possessivo), após a reanálise passa a ser interpretado como um sujeito ergativo.

Butt (2002) salienta, enfim, que o surgimento do Caso ergativo estaria relacionado a uma alteração ou uma mudança de alinhamento entre relações gramaticais e marcação de Caso.

Como vimos, os argumentos de Butt (2002) dão respaldo à hipótese que defendemos. Procuramos mostrar a partir da análise das construções ergativas das línguas Jê, que o aparecimento de uma posposição enclítica aos sujeitos agentes não parece ser trivial. Além de uma motivação diacrônica, conforme demonstra Butt (2002), vimos, ao longo dessa seção, uma série de razões sintáticas que justificam a inserção da posposição *te* nos referidos contextos, bem como sua participação na valoração do Caso (obliquo) dos argumentos externos.

CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista tudo que apresentamos até aqui, esperamos ter conseguido alcançar uma resposta unificada às questões propostas no início dessa dissertação, quais sejam:

- a) Qual a estrutura argumental das construções ergativas e em que posição estrutural são selecionados os argumentos marcados por *tE*?
- b) Qual o estatuto da partícula *tE*? Qual a fonte de valoração Caso ergativo nas línguas Jê analisadas?
- c) Qual o mecanismo de atribuição de papel temático ao argumento complemento de *tE*?

Concluimos, pois, que as construções causativas morfológicas de línguas Jê como o Timbira Apãniekrá, o Timbira Ramkokameká, e o Apinajé corroboram com a hipótese teórica de que os sintagmas verbais são estruturas bipartidas (v-VP). Vimos que estas construções se caracterizam por apresentar um morfema causativo correspondente à matriz fonológica de um verbo leve (*light verb*), núcleo do sintagma vP, responsável por introduzir na derivação um argumento com papel temático de **agente**. Além disso, o referido núcleo selecionaria como complemento um VP cujo núcleo é um verbo lexical causativizado. Este núcleo deixa sua posição de base para adjungir-se ao núcleo v^o, formando uma estrutura verbal morfológicamente complexa que se comporta, sintaticamente, como um verbo simples. Em análise a dados de

construções causativas morfológicas do Apãniekrá e Ramkokamekrá no tempo passado simples, verificamos que o sujeito agente, introduzido pelo verbo leve, aparece sempre acompanhado da posposição *te*. Levando em conta, portanto, a hipótese de um sintagma verbal bipartido, v-VP, concluímos que os argumentos encabeçados pela posposição *te* são projetados na estrutura argumental na posição de especificador de vP. Este fenômeno, além de curioso é de extrema importância, pois revela que, diferentemente das línguas nominativas/acusativas nas quais PPs encontram-se comumente associados à posições de complemento e adjunto, em línguas Jê, um sintagma posposicional pode ocupar a posição de especificador de vP, destinada aos sujeitos.

No que diz respeito ao estatuto da posposição *te*, nossa proposta é que *te* é uma posposição funcional inserida na derivação apenas para valorar Caso (oblíquo) dos sujeitos de verbos de ação. Postulamos, que uma das possíveis razões⁵⁷ para o Caso oblíquo ser atribuído aos sujeitos dos verbos de ação em línguas Jê pode estar diretamente conectada com a natureza morfosintática do núcleo T⁰. Por fim, destacamos que a posposição *te* não é responsável pela atribuição de papel temático aos sujeitos das construções

⁵⁷ BOBALJIK 2006, p. 53 considera que sistemas ergativos constituem, na verdade, um epifenômeno em virtude de serem engatilhados por fatores diversos. Para o autor: “*ergativity may be no more a single syntactic phenomenon than is, say, verb-initialness (...).*”

ergativas, esses argumentos recebem o papel temático de **agente** {desencadeador/controlador} dos verbos que os selecionam semanticamente. Em síntese, sustentamos que (i) a posposição **te** não participa da atribuição de papel temático dos sujeitos das orações e (ii) os argumentos complementos de **te** fazem parte da estrutura argumental dos verbos, embora tenham seu Caso abstrato valorado por essa posposição.

Nossa intenção ao longo deste trabalho foi olhar para o fenômeno da ergatividade em línguas Jê, a partir da posposição **te**. Conscientes de que nosso estudo é ainda incipiente considerando-se a complexidade que envolve o referido fenômeno, pretendemos, no futuro, aprofundar a análise, amadurecendo nossas hipóteses e procurando validar a proposta por meio de dados de outras línguas Jê.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. C. Aspectos da Ergatividade Cindida em Apãniekrá. *Línguas Jê: estudos vários*. Londrina: Ed UEL, 2002. p. 83 a 93.

_____. *O Timbira falado pelos Canela Apãniekrá: uma contribuição aos Estudos da morfossintaxe de uma língua Jê*. 177f. Tese (Doutorado). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

BAKER, M. C. *Incorporation: A theory of grammatical function changing*. Chicago: University of Chicago Press, 1988

BARCELOS SILVA, I. M. Estatuto da posposição "te" valoração de Caso ergativo e realização do papel temático em Timbira-Apãniekrá. In: Silvia Lucia Bigonjal Braggio; Sinval Martins de Sousa Filho (Org.). *Línguas e Culturas Macro-Jê*. 1 ed. Goiânia: Gráfica e Editora Vieira, 2009, p. 15-348.

_____. *Do Caso ergativo em Canela-Apãniekrá*. Manuscrito. Faculdade de Letras. UFMG. Belo Horizonte. 2008.

BOBALJIK, J. D. Ergativity and ergative unergativies. In: C. Phillips & J. D. (eds) *Papers on Case and agreement I*. MITWPL # 19, Cambridge: MIT Press. 1993

_____. Where's ϕ ? Agreement as post-syntactic operation. In: VAN KOPPEN et al. (eds.), *Special Issue of Leiden Papers in Linguistics*, 3, 20, 2006. p.1-23,

BURZIO, L. *Italian syntax: a government and binding approach*. Dordrecht: Reidel. 1986.

BUTT, M. *Theories of case*. Cabridge: Cambridge University Press, 2006

CAMPOS, C. S. O. Ergatividade cindida em Maxacali. In: DUARTE, F. B. *Cisão de Caso, telicidade e posse em Línguas indígenas Brasileirias*. Belo Horizonte: UFMG, Cadernos Viva Voz, 2007.

_____. *Morfofonêmica e morfossintaxe do Maxacali*, 307 f. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras. UFMG, Belo Horizonte, 2009.

CANÇADO, M. Hierarquia temática: uma proposta para o português brasileiro. *Revista Letras* 61: 60-62, 2003

_____. Propriedades semânticas e posições argumentais. *DELTA* 21.1: 23-56, 2005

_____. Argumentos: Complementos e Adjuntos. *ALFA – Revista de Lingüística*, volume 53, número 1, 2009

CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981

_____. *Knowledge of Languages, its Nature, Origin, and Use*. New York: Praeger. 1986

_____. *The minimalist program*. Cambridge: The MIT Press, 1995

_____. *On phases*. Ms. MIT, 2005

COMRIE, B. *Language Universals and Linguistic Typology*. Chicago: Chicago Press. 1981.

_____. *Language Universals and Linguistic Typology: Syntax and Morphology*. Chicago: University of Chicago Press, 1989

DIXON, R. M.W. Ergativity. *Language*, volume 55, p.59-138, 1979

_____. *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press. 1994.

DUARTE, F.B. Caso, função sintática e papéis temáticos. In: *Revista Duc In Altum*, Muriaé, Faculdade Santa Marcelina, v. 6, n. 1. 2006

_____. Fontes de atribuição de Caso absolutivo: uma abordagem comparativa. Belo Horizonte: UFMG. Fale, ms, 2008.

_____. A conexão entre papel Theta e Caso é sempre biunívoca? In: Silvia Lucia Bigonjal Braggio; Sinval Martins de Sousa Filho (Org.). *Línguas e Culturas Macro-Jê*. 1 ed. Goiânia: Gráfica e Editora Vieira, 2009, p. 15-348.

DUARTE, F.B; BARCELOS SILVA, I.M. Natureza do Caso ergativo e dativo em línguas Jê e suas consequências para a teoria de Caso. *Revista de Estudos da Linguagem*. UFMG. 2010 em fase de pré-publicação.

GUASTI, M.T. Romance Causatives. In: *The new Comparative Syntax*: Longmann Linguistics Library .p. 124-144. 1997

HALE. K; KEYSER, J. “On argument structure and the lexical expression of syntactic relations.” In: HALE. K; KEYSER (eds.) *The View from Building 20: A Festschrift for Sylvain Bromberger*. MIT Press. 1993. p. 53-108.

_____. *A prolegomenon to a theory on argument structure*. Cambridge: MIT Press. 2002.

LEGATE, J. A. *Split Absolutive*. University of Delaware, 2006.

LEVIN, B. *The Basque verbal inventory and configurationality: the tipology of asymmetries*. Dordrecht: Foris, p. 39-62, 1989.

LEVIN, B.; MASSAM, D. “*Surface Ergativity: Case/theta relations reexamined*.” *Proceedings of NELS 15*: 286-301. 1986.

MCLEOD, R.; MITCHELL, V. *Aspectos da lingua Xavante*, Brasília, SIL, 1977.

OLIVEIRA, C.O. *Apinajé morphosyntax*. Doctoral thesis, Oregon, 2002, ms.

_____. *Lexical Categories and the status of descriptive in Apinajé*. IJAL, Chicago, 2003.

_____. *The language of the Apinajé People of Central Brazil* 430f. Tese.(Doutorado). Department of Linguistics and the Graduate School of University of Oregon. Oregon, 2005.

PAYNE, T. E. *Describing Morphosyntax: A Guide for Field Linguists*, Cambridge: Cambridge University Press. 1997.

RADFORD, A. *Syntax: a Minimalist Introduction*. United kingdom: University Press, Cambridge. 1999.

RODRIGUES, A. D. Macro-Jê. In: DIXON, RMW; AIKHENVALD, A. Y.(Org.). *The amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, p.165-206, 1999.

ROUVERET, A; VERGNAUD, R. Specifying Reference to the Subject: French causatives and conditions on representations. *Linguistics Inquiry*. 11, p. 97-202. 1980.

SANTOS, V .D. O. Languages of the world and their Case marking. The brazilian language Xavante: *a Case study*. 2008. 77f. Monografia (Bacharelado em Letras com habilitação em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

YOON, J. Noam Chomsky: “Derivation by Phases”. In: M. KENSTOWICZ, M. (Ed.), *Ken Hale: A life in Language*. MIT Press, 2000

WHALEY, L. *Introduction to typology: the unity and diversity of language*. London: Sage, 1997.

WOOLFORD, E. *Four-way Case Systems: Ergative, Nominative, Objective and Accusative*. *Natural Language and Linguistic Theory* 15: 181-227, 1997.

_____. Lexical Case, Inherent Case, and Argument Structure. MIT: *Linguistic Inquiry*. Cambridge: MIT Press, vol 37, numer 1, Winter 2006

_____. Case Locality: Pure domains and object shift. *Lingua*, vol. 117, p. 1591-1616. 2007.